



2023

# CONTRIBUCIONES A LA ECONOMÍA

Año 21 - Vol. 1 - N° agosto-enero 2023

Director

Dr. Axel Etchart Vidal, Universidad Nacional de los Llanos Occidentales Ezequiel Zamora, Venezuela.

Responsable Editorial

Lisette Villamizar Moreno

Administradora de Servicios Académicos Intercontinentales S.L.

lisette@eumed.net / eumednet@gmail.com

Consejo Editorial y Científico:

Antonio Nadal Masegosa, Universidad de Málaga, España

Axel Etchart, Universidad Nacional de los Llanos Occidentales Ezequiel Zamora, Venezuela

Antonio Rodrigues, Instituto Superior de Educação e Ciências, Portugal

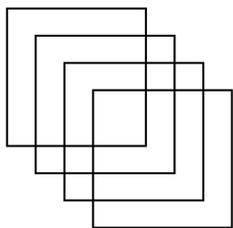
Carlos Ruz Saldívar, Universidad Veracruzana, México

Laura Domínguez de la Rosa, Universidad de Málaga, España

Miguel Ángel Gómez Salado, Universidad de Málaga, España

Sofía Louise Martínez Martínez, Universidad de Málaga, España

Reinaldo Giraldo Diaz, Universidad Nacional Abierta y a Distancia, Colombia.



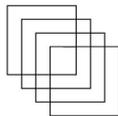
# CONTRIBUCIONES A LA ECONOMÍA

ISSN: 1696-8360

## T A B L A D E CONTENIDO

---

Atena-Heroína nos dias atuais – A jornada do arquétipo e o comportamento feminino frente aos desafios do mercado de trabalho. Erica Cristina Machado de Melo, Rickardo Léo Ramos Gomes.	01
A perspectiva da logística reversa na industrialização do pavimento reciclado: uma contribuição para conservação do meio ambiente. Antonio Werbiton Marinho Almeida, Rickardo Léo Ramos Gomes.	16
Possíveis impactos do Covid-19 na autonomia financeira de municípios de Santa Catarina. Ana Rita Silva Sacramento, Fabiano Maury Raupp, Denise Ribeiro de Almeida, Antônio Almeida Lyrio Neto.	27



## ATENA-HEROÍNA NOS DIAS ATUAIS – A JORNADA DO ARQUÉTIPO E O COMPORTAMENTO FEMININO FRENTE AOS DESAFIOS DO MERCADO DE TRABALHO

Spec. Erica Cristina Machado de Melo<sup>1</sup>  
Prof. M. Sc. Rickardo Léo Ramos Gomes<sup>2</sup>  
<https://orcid.org/0000-0001-6101-9571>

### RESUMO

Através de gerações até chegarmos ao Século XXI, as mulheres parecem viver uma luta contra si mesmas, assumindo comportamentos e papéis que custaram sua conexão com o feminino em sua essência, construindo suas carreiras ao mesmo tempo em que são engolidas pelas demandas do dia a dia nas organizações de trabalho e no ambiente doméstico. O objetivo geral deste artigo é mostrar a construção do arquétipo feminino da deusa Atena, cada vez mais presente na *psique* das mulheres do século XXI. Para tanto, adotou-se, dentro de uma abordagem qualitativa, uma base bibliográfica constituída de autores consagrados que estudaram a fundo o feminino e o seu comportamento diante dos desafios da liderança em um mundo corporativo masculino. Ao final esta pesquisa defende que todas as mulheres possam não serem dominadas por apenas uma deusa e nem confundidas pelo convívio de todas, posto que cada ser humano, independente da sua sexualidade, tem uma vida própria específica, ou seja, única. Defende-se, ainda, que todas as mulheres, a partir da integração, da vivência e do conhecimento do mito, devem ser reconhecidas enquanto trabalhadoras multifacetadas, fortalecidas, protegidas e abençoadas em sua jornada de convivência e de conhecimento.

**Palavras-chave:** Arquétipo Feminino, Trabalhadoras Multifacetadas, Liderança, Carreiras, Comportamento Feminino.

**Tesouro de la UNESCO:** Pertenece al grupo: Política, derecho y economía y Gestión de personal; RC: Estatus profesional y Participación de los trabajadores; NC: Trabajadora y trabajadora especializada.

## ATENAS-HEROÍNA EN LA ACTUALIDAD - EL VIAJE DEL ARQUETIPO Y EL COMPORTAMIENTO FEMENINO ANTE LOS DESAFÍOS DEL MERCADO LABORAL

### RESUMEN

A través de generaciones, hasta llegar al siglo XXI, las mujeres parecen vivir una lucha contra sí mismas, asumiendo comportamientos y roles que les restan conexión con lo femenino en su esencia, construyendo sus carreras siendo tragadas por las exigencias de la vida cotidiana. en las organizaciones de trabajo y el entorno doméstico. El objetivo general de este artículo es mostrar la construcción del arquetipo femenino de la diosa Atenea, cada vez más presente en la psiquis de las mujeres del siglo XXI. Para ello, se adoptó una base bibliográfica conformada por reconocidas autoras que han estudiado en profundidad a la mujer y su comportamiento frente a los desafíos del liderazgo en un mundo empresarial masculino, con un enfoque cualitativo. Al final, esta investigación argumenta que todas las mujeres no pueden estar dominadas por una sola diosa y no confundirse con la coexistencia de todas, ya que cada ser humano, independientemente de su sexualidad, tiene

---

<sup>1</sup> Bacharel em Direito pela PUC-RJ. Pós-graduada em Gestão Estratégica de Pessoas pelo FBUNI. Gestora e Empresária do setor da indústria.

<sup>2</sup> Prof. da Disc. de Met. do Trabalho Científico (Orientador) – FBUNI; Inst. Euvaldo Lodi; M. Sc. em Fitotecnia - UFC; Spec. em Met. do Ens. de Ciências - UECE; Grad. em Agronomia - UFC; Lic. na Área de Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias - UVA; Cursos de Aperfeiçoamento em: HARVARD; BID; FIOCRUZ. Johns Hopkins University (JHSPH); Consultor Internacional do BIRD para Lab. Científicos. Consultor Científico

una vida específica, es decir, única. También se argumenta que todas las mujeres, desde la integración, la experiencia y el conocimiento del mito, deben ser reconocidas como trabajadoras multifacéticas, fortalecidas, protegidas y bendecidas en su camino de convivencia y conocimiento.

**Palabras clave:** Arquetipo Femenino, Trabajadores Polifacéticos, Liderazgo, Carreras, Comportamiento Femenino.

## **ATHENA-HEROINE IN THE CURRENT DAYS - THE JOURNEY OF THE ARCHETYPE AND FEMALE BEHAVIOR IN FRONT OF THE CHALLENGES OF THE LABOR MARKET**

### **ABSTRACT**

Through generations, until we reach the 21st century, women seem to live a struggle against themselves, assuming behaviors and roles that cost their connection with the feminine in their essence, building their careers while being swallowed by the demands of everyday life. in work organizations and the home environment. The general objective of this article is to show the construction of the female archetype of the goddess Athena, increasingly present in the psyche of women in the 21st century. To this end, a bibliographical base consisting of renowned authors who have studied women in depth and their behavior in the face of leadership challenges in a male corporate world was adopted, with a qualitative approach. In the end, this research argues that all women may not be dominated by just one goddess and not confused by the coexistence of all, since each human being, regardless of their sexuality, has a specific life, that is, unique. It is also argued that all women, from the myth's integration, experience, and knowledge, should be recognized as multifaceted workers, strengthened, protected, and blessed in their journey of coexistence and knowledge.

**Keywords:** Feminine Archetype, Multifaceted Workers, Leadership, Careers, Feminine Behavior.

### **INTRODUÇÃO**

Não há dúvidas de que tem sido através do trabalho que as mulheres vêm diminuindo a distância que as separam ainda hoje dos homens (Beauvoir, 2019a). Distância esta imposta através de séculos de uma cultura de subordinação. Para entendermos o comportamento desta mulher nos dias de hoje, utilizamos vasta pesquisa bibliográfica, tomando por base autores consagrados no estudo do feminino e de artigos científicos recentes sobre o tema.

O presente trabalho tem a intenção de mostrar a construção do arquétipo feminino da deusa Atena cada vez mais presente na *psique* das mulheres do século XXI, regidas pela sabedoria, pela realização profissional, mas que vem perdendo, aos poucos, sua conexão mais básica: a conexão com si mesma, seu feminino. Os objetivos específicos desta pesquisa são os seguintes: apresentar noções básicas sobre matriarcado e patriarcado; discorrer sobre o mito de Atena e sua origem; comentar sobre o arquétipo de Atena; ressaltar a situação da mulher enquanto Atena dos dias de hoje.

Este artigo foi organizado em quatro tópicos. No primeiro apresentou-se a introdução com destaque especial para os objetivos da pesquisa. No segundo desenvolveu-se uma fundamentação teórica alicerçada pelas contribuições de vários autores que tratam da mesma temática. O terceiro tópico foi reservado para explicar a metodologia adotada na elaboração deste estudo bibliográfico e, por fim, elaborou-se as considerações finais apontando posicionamentos e fazendo sugestões sobre o tema em tela.

## **METODOLOGIA**

O presente trabalho seguiu uma abordagem qualitativa de caráter exploratório e descritivo. O procedimento metodológico empregado foi o da pesquisa bibliográfica com base histórica e contemporânea. (Huhne, 1999)

Para González (2020, p. 02) quando se fala de abordagem qualitativa,

[...] se faz referência a uma ampla gama de perspectivas, modalidades, abordagens, metodologias, desenhos e técnicas utilizadas no planejamento, condução e avaliação de estudos, indagações ou investigações interessadas em descrever, interpretar, compreender, entender ou superar situações sociais ou educacionais consideradas problemáticas pelos atores sociais que são seus protagonistas ou que, por alguma razão, eles têm interesse em abordar tais situações num sentido investigativo.

Com relação à pesquisa bibliográfica apresenta-se a opinião de Sousa, Oliveira e Alves (2021, p. 02): “A pesquisa bibliográfica está inserida principalmente no meio acadêmico e tem a finalidade de aprimoramento e atualização do conhecimento, através de uma investigação científica de obras já publicadas”.

Foram analisadas várias contribuições culturais e científicas relacionadas com o assunto em questão. Desta maneira procurou-se selecionar e analisar várias obras de autores diferentes, dos quais destacam-se Bolen (2003), Beauvoir (2019a e 2019b), Woolger e Woolger (2021) Homero (2021a e 2021b) e Murdock (2022).

Assim, os posicionamentos tomados no decorrer deste artigo, auxiliados pelos posicionamentos dos autores consultados serviram de referencial para aumentar o conhecimento dos pesquisadores para que novas tomadas de posição surgissem durante o desenvolvimento do artigo em tela. (Huhne, 1999)

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Nesse tópico promoveu-se uma discussão entre os autores deste artigo e os autores que tratam da mesma temática investigada procurando fundamentar as ideias aqui discutidas.

### **Noções Básicas sobre Matriarcado e Patriarcado**

Podemos dizer que a extinção do matriarcado tem início há pelo menos 6000 anos (Campbell, 2021). Entendendo o termo supracitado não como uma questão de domínio do feminino sobre o masculino ou até mesmo de Deuses sobre Deusas, mas sim como um poder espiritual e cocriador onde a Grande Mãe também era parte importante e que possuía o Poder Gerador e Nutridor. Mas que com o atravessar dos séculos foi sendo então substituído por um poder único, uma divindade máxima – um Pai. (Campbell, 2021)

O patriarcado que em grego significa “a regra do pai”, de acordo com Ferguson (1999, p. 01), passou a dominar a nossa cultura ocidental e a Grécia com sua filosofia e mitologia politeísta teve uma importante influência na formação do que Jung chamava de inconsciente coletivo.

Hertogue (1992, p.195), trabalhadora social jubilada, da *Family Welfare Association* chama atenção para

Otro descubrimiento de Jung, que puede ser útil conocer en orden al Trabajo Social, es la existencia, en lo más profundo del inconsciente de un hombre, de un elemento femenino; y, en el inconsciente de una mujer, de un elemento masculino. Son lo que se llama el «ánima» del hombre y el «animus» de la mujer.

Emma Jung em seu livro *Annimus e Anima* traz uma definição a partir de Jung (2020, p. 15) que nos ajuda a entender melhor esta estrutura inconsciente como sendo conteúdos: “Possibilidades herdadas do funcionamento psíquico, ou seja, da estrutura cerebral herdada. Estes são contextos mitológicos, os motivos e as imagens que podem surgir de novo a qualquer momento e em toda parte sem tradição histórica ou migração”.

A partir de então o que foi visto foi uma separação e uma submissão do feminino em detrimento de uma supervalorização de uma cultura de valores androcêntricos. Estes valores geraram séculos de opressão às mulheres. Na verdade, uma situação de exclusão. Simone de Beauvoir (2019a, p.14) explica esta visão: “Descobrimos na própria consciência uma hostilidade fundamental em relação a qualquer outra consciência: o sujeito se põe em se opondo: ele pretende afirmar-se como essencial e fazer do outro inessencial, o objeto”.

E, apesar dos avanços desde a Segunda Onda feminista capitaneada por Simone de Beauvoir, as mulheres ainda estão sub-representadas no sentido de ocuparem um espaço mais equânime como lideranças na sociedade, na religião, na política e como não poderia deixar de ser, principalmente no mercado de trabalho. Mesmo diante de um ambiente ainda hostil, elas empunharam suas armas em forma de diplomas, MBAs, mestrados, doutorados e hoje ocupam cargos de liderança tanto corporativos quanto políticos e, até mesmo, militares.

Neste meio, é fácil reconhecer o arquétipo de uma mulher guerreira, que sabe ocupar seu lugar, usando de muita estratégia, praticidade e inteligência. Elas estão à frente das universidades, são empresárias de sucesso, CEOs de empresas de tecnologia, são Presidentes de países desenvolvidos e Primeiras-Ministras na Europa. E este arquétipo que as identifica como guerreiras, que trabalham lado a lado com os homens seja nos negócios, seja na política, nas instituições de ensino ou na família, podemos dizer que é a deusa Atena, a conhecida pelos gregos como a companheira dos heróis. (Homero, 2021a)

O Arquétipo de Atena, porém, não costuma ser muito bem visto pelas feministas mais aguerridas por um motivo muito simples: Atena é a filha do pai. Estas mulheres se voltam para a realização através do trabalho. Seus mentores, segundo Maureen Murdock (2022, p. 26), são normalmente: “homens ou mulheres identificadas com o masculino e que validem sua capacidade intelectual, seu propósito e sua ambição, trazendo a sensação de segurança, direção e sucesso”.

Porém é inegável o fato de que as mulheres para alcançarem postos mais altos e darem conta das tarefas do dia a dia, acabaram por se distanciarem emocionalmente da figura materna, aquela que um dia já foi chamada de A Grande Mãe.

Aquela que gera, que aceita, que nutre, que acolhe e protege. Ao se distanciar desta mãe, por exatamente não querer mais ser como ela, essa mulher precisa provar constantemente que é

competente, independente e autossuficiente. Para isto ela veste sua armadura, municia-se de seu escudo, lança e elmo. E se cobra a perfeição. Afinal, Atena nunca perdeu uma batalha sequer.

Segundo Emma Jung (2020, p.09),

Atravessamos uma crise aguda, com um questionamento crescente sobre o que é ser homem e o que é ser mulher, sobre desempenho de papéis e função social. Tabus e limites são diariamente rompidos por alguns segmentos da sociedade, enquanto outros se aferram a padrões medievais. Nesse crescimento acelerado, tona-se imprescindível que nos reportemos às nossas raízes a fim de mantermos o eixo da consciência com a natureza.

Essa é jornada da deusa-heroína em busca da volta para casa, integrando sua própria voz em uma sociedade que há séculos é feita por homens e para homens.

### **O Mito de Atena e Sua Origem**

Atena é a deusa de muitas habilidades, também conhecida como Pallas Athena. Ela era filha de Zeus. Deus supremo do Olimpo e uma de suas esposas, Métis. A história da união de Zeus com sua primeira esposa Métis (Astúcia) confunde-se com o fim da chamada Titanomaquia - a luta travada entre os Titãs e Deuses (filhos de Crono), que, mais tarde, seriam conhecidos como Olímpicos – em referência ao Monte Olimpo, de onde eles passariam a governar todas as criaturas da Terra.

Zeus sai vitorioso desta guerra e divide todo o reino entre seus irmãos: Hades fica com o mundo dos mortos, Poseidon reina sobre todos os mares, Zeus assume o papel como autoridade suprema, Deus do trovão, do céu e senhor do Universo, assumindo o papel de Grande Pai (Hesíodo, 1995). E neste ponto é que o período do fim Matriarcado tem seu início e demarca o protagonismo do Deus Pai em detrimento da Grande Mãe e do papel feminino. (Campbell, 2021)

Mas nem sempre foi assim. Gaia, a Grande Mãe teve dois filhos sozinha: Ponto (o mar) e Urano (o céu). Não vamos entrar aqui na questão de casamento, mas de Grande Mãe Criadora e Geradora de tudo o que existe no planeta. Fato é que Gaia, que representava a Terra, uniu-se ao céu, Urano e juntos geraram vários filhos que para a finalidade deste artigo nos concentraremos em dois apenas: CRONO e REIA.

A questão de luta pelo poder entre pais e filhos se inicia quando Urano não permite que seus filhos gerados por Gaia viessem para a Luz. Ele os empurrava de volta para o ventre. Ela indignada como qualquer mãe, trama junto ao seu filho mais novo Crono um plano para libertar seus filhos e vingar-se de Urano. Em a TEOGONIA, Hesíodo descreve a forma como Urano não tinha amor pelos filhos e como Gaia enraivecida, convence seus filhos e se voltarem contra seu pai: “Rápida criou o gênero do grisalho aço, forjou grande podão e indicou aos filhos. Disse com ousadia: ‘filhos meus e do pai estólido, se quiserdes ter-me fé, puniremos o maligno ultraje de vosso pai, pois ele tramou obras indignas’”. (Hesíodo, 1995, p. 93)

Ao cair da noite, Crono ceifou o pênis do pai, que acabou por salpicar seu sangue pela terra e pelo mar. No mar fecundou uma espuma (*aphrós*) e dela surgiu Afrodite. Crono casa-se então com Reia e fica sabendo através de sua mãe Gaia que o seu destino será semelhante ao do seu pai

Urano, o e ser subjuguado pela sua prole. Assim ele decide a cada nascimento de um filho, engoli-lo. Esta atitude causa horror e raiva à sua esposa Reia que dá início a seu plano de vingança.

Métis, uma oceânide conhecida por sua beleza e Astúcia, orienta Reia a enrolar uma pedra em um cueiro, gritar como se fosse parir para chamar a atenção de Crono. Que ao ouvir os gritos surge rapidamente e pega o que ele pensa ser o bebe envolto em panos e o engole. Assim, Zeus é poupado e levado para a ilha de Creta, onde é criado por ninfas e uma cabra. Na narrativa contada por Stephen Fry, Zeus quando atingiu certa idade, ele se juntou à sua mãe e a mesma sina se repete: Reia dá um vomitígeno preparado por Métis para Crono que vai expelindo um a um dos irmãos de Zeus: “A primeira a sair foi Hera. Depois vieram Poseidon, Démeter, Hades e finalmente Héstitia” (Fry, 2021 p. 46).

Hesíodo (1995) em sua Teogonia descreve a forma como Zeus destrona o pai, constitui então seu panteão Olímpico e casa-se com a bela e sábia Métis, sua primeira esposa – a mãe de Atena.

O Olimpo estremece: Atena Nasceu

Conforme já descrito acima, um dos pontos que podemos observar na mitologia é a usurpação de poder entre filhos e pais. E com Zeus não seria diferente. Em A Teogonia Hesíodo (1995) descreve um Oráculo onde previa que Zeus teria um filho e que este filho o destronaria. Caso fosse uma filha, esta teria um filho e este então assim o tiraria do poder.

Zeus não poderia deixar que isto acontecesse e em uma brincadeira ardilosa com sua esposa Métis, que já estava grávida, convence a transformar-se em uma gota de água. Zeus então a engole, passando então a gestar Atena. Quando o momento do parto chega, Zeus sente fortíssimas e insuportáveis dores de cabeça. Hefesto então é chamado e com um golpe de machado abre a cabeça de Zeus. Após o golpe, Atena surge em todo o seu esplendor, emitindo um grito de guerra tão ensurdecedor que estremece todo o Olimpo. Ela nasce armada, com escudo, pernas de bronze e até mesmo uma lança.

Neste mito, segundo Woolger e Woolger (2007, p. 45):

Há, por certo, uma alegoria política do modo como as tribos invasoras mais patriarcais, que adoravam o Deus Pai, Zeus, assimilavam os cultos matriarcais que os precederam. Mas o nome dessa deusa interior, Métis, também é bastante sugestivo, em razão do modo como os homens assumem para si certos poderes que não são necessariamente seus por direito de nascença. A palavra *metis* significa sábio aconselhamento, o atributo pelo qual Atena é tida em maior apreço no Olimpo.

Mas o que chama mais atenção em Atena são os olhos. Ela é conhecida como a Deusa dos olhos vibrantes, olhos brilhantes. No prefácio da *Ilíada* de Homero, Frederico Lourenço (2021a, p.89) descreve os olhos de Atena como *glaukôpis Athéne*: “O epíteto *glaukôpis* liga-se ao adjetivo *glaukós*, que designa em Homero a cor do mar, como se comprova na *Ilíada* em XVI.34”

O que de fato prendia todos os seres ao olhar dela era o brilho, um brilho que inspirava entusiasmo, patriotismo e coragem. E era este brilho que inspirava seus heróis. Hoje podemos

observar este mesmo brilho nos olhos das mulheres transformadoras, aquelas que têm energia de sobra para liderar, ajudar e inspirar aqueles que as cercam.

### **O Arquétipo de Atena, a Deusa-Heroína**

Na trajetória do mito e da sua interpretação arquetípica, é importante falarmos quando se trata de cultura, a descrevermos como aquela que define o modo de pensar e agir da sociedade onde estamos inseridos (CAMPBELL, 2013). E como Atena, diferente das demais Deusas do Olimpo, não apenas era a que mais orientava, mas também a que mais era ouvida por seu pai, Zeus. Para Woolger e Woolger (2021, p. 45): “Atena é o que Jung chamaria de *anima* de Zeus, seu aspecto criativo feminino”.

Este comportamento de aconselhamento leal e fraterno ela repete com diversos heróis: Perseu (o herói que matou a temível Medusa), Jasão (que conquistou o Velocino de Ouro) Hércules (veio diversas vezes em seu auxílio durante seus 12 trabalhos), Aquiles (o herói mais temido na guerra de Tróia) e Ulisses (o seu favorito e também o mais famoso).

Na Odisseia, Homero (2021b, p. 45-50) descreve a predileção de Atena pelo herói Ulisses quando esta vem em sua defesa diante de Zeus:

Pai de todos nós, mais excelso dos soberanos, é verdade que esse homem teve a morte e que pereça qualquer outro que igual coisa fizer. Mas arde-me o espírito pelo fogoso Ulisses, esse desgraçado, que longe dos amigos se atormenta numa ilha rodeada de ondas no umbigo do mar.

Apesar de Atena proferir palavras tão marcantes a respeito do herói, ela não tem nenhum outro interesse que não fosse o companheirismo e a vontade de ajudá-lo a vencer suas dificuldades para que ele pudesse retornar para casa. Isto porque algumas das forças do arquétipo de Atena são a intelectualidade, a estratégia e a cooperação. Segundo Woolger e Woolger (2021, p. 284):

Ela tende a respeitar somente aqueles homens cuja força é mental, nunca ‘*the macho men*’ [...]. Por certo, no mito grego Atena era a padroeira de heróis, mas era a argúcia, a inventividade e a ousadia deles que ela mais amava – Ulisses foi um de seus prediletos sob este aspecto.

As táticas de Atena garantiram diversas vitórias aos gregos durante a guerra de Tróia. Em a Odisseia, Homero no canto VIII, 487-498, o famoso cavalo construído pelos gregos que entra na cidade sob o comando de Ulisses foi fabricado com a ajuda de Atena. Uma mente lógica, prática, muito mais governada pela razão do que pela emoção. Esta mente prática e criativa fez com que a deusa se destacasse perante os demais Deuses do Olimpo: enquanto Posêidon (seu tio) era o Deus dos mares e dos cavalos, Atena criou os navios, o leme e os arreios. Enquanto Hefesto (seu meio-irmão) era o Deus da forja e dos metais, Atena criou o eixo dos carros de guerra. Esta era a sua natureza: o feminino criativo, de natureza civilizatória, multitarefas e de uma persistência inabalável. Atena nunca perde.

### **A Atena nos Dias de Hoje**

Segundo Murdock (2022, p. 85): “O culto à supermulher dos anos 80 prometia às jovens que elas podiam ‘ter tudo’ – uma carreira lucrativa e gratificante, um casamento amoroso, igualitário e estável: e uma maternidade jubilosa”. Assim, seguindo essa promessa, nossa deusa – heroína moderna aprendeu a ter um excelente desempenho no trabalho, a transpor quaisquer obstáculos que surgissem à sua frente, além de se preocupar com um corpo lindo, um rosto sempre jovem e bem disposto. Na verdade, ela sente uma descarga de adrenalina a cada conquista seguida de uma sensação de vazio, dor ou cansaço, que é mascarada com mais uma vitória, mais um diploma, uma ascensão no trabalho, mais um filho.

E este “pensar cultural” corrobora com a tese de que as diferenças homem-mulher, apesar dos avanços, nas palavras de Beauvoir (2019b, p. 28): “A posição do feminismo poderia ser definida assim: nada se deve às mulheres porque são mulheres, mas nada deve lhes ser proibido porque são mulheres”. Podemos perceber que apesar desta óbvia verdade, os estereótipos de gênero ainda são enfatizados nas mulheres, direcionando suas carreiras para áreas consideradas “menos masculinas” e em contrapartida desestimulando a permanência em carreiras predominantemente masculinas como tecnologia, engenharia, matemática e mecânica. (Oliveira-Silva e Parreira, 2022)

É o que podemos depreender a partir de uma pesquisa divulgada no artigo Desafios e Conflitos da mulher na busca da ascensão na carreira profissional onde 78% das entrevistadas ocupam cargos no setor administrativo, enquanto que apenas 22% ocupam cargos nas áreas Operacional, Técnica e Comercial. (Reis *et al.*, 2018)

Afora essa desproporção, é necessário ressaltar, que a condição persistente que vem se mantendo de um século para o outro de que a mulher (mesmo bem qualificada e, muitas vezes, até mais que o homem) ainda ganha menos do que ele. Esta situação no Brasil pode ser observada na Figura 1, que, com dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2019), revela que em todos os Estados brasileiros a mulher ganha menos que o homem. Sendo que nos Estados do Amazonas (-5%) e Amapá (-6%) da região Norte e no Estado de Alagoas (-6%) da região Nordeste, esta diferença apresenta-se com o menor percentual. Por outro lado, no Estado do Rio Grande do Sul (-28%) da região Sul e o Estado de Minas Gerais (-28%) da região Sudeste a diferença é bastante ampliada.

Figura 1

*Diferença de Rendimento nos Estados Entre Mulheres e Homens.*

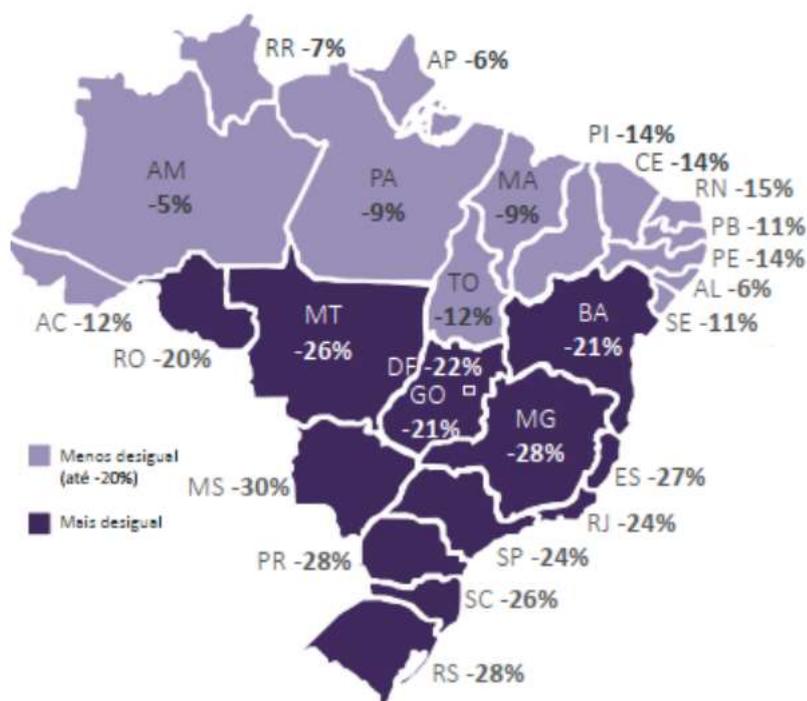


Fonte: DIEESE (2019)

O DIEESE (2019) também realizou um comparativo de salários entre mulheres e homens quando ambos ocupam o mesmo tipo de cargo com fica demonstrado na Figura 2 abaixo:

Figura 2

Mesmo Cargo, Rendimento Menor de Diretores e Gerentes



Fonte: DIEESE (2019)

E para que seja possível tornar mais claro e evidente o tamanho dessa diferença, para nós injustificável, o DIEESE (2019) fez um outro comparativo de salários entre mulheres e homens geral e por escolaridade. Observe-se a Figura 3 abaixo:

Figura 3

*Elas Ganham Menos*



Fonte: DIEESE (2019)

Wachholz (2020, p. 09), analisando estes resultados, ressalta:

[...] fica evidente o tanto que ainda deve ser trabalhado na cultura das empresas sobre a aceitação, a motivação e o desenvolvimento das mulheres em cargos hierárquicos dentro das organizações, considerando os benefícios que podem ser gerados pela visão feminina no que tange à administração de forma geral.

Para Oliveira-Silva e Parreira (2022), as mulheres ainda enfrentam barreiras que dificultam seu crescimento profissional, mesmo quando apresentam melhores qualificações que os homens. As autoras identificam três. A primeira seria uma cobrança pela perfeição, se mostrar melhor e mais competente que seus colegas homens.

Algumas mulheres têm grande orgulho de aprender a pensar como os homens, a competir com eles e vencê-los em seu próprio jogo. Essas mulheres se tornam heroicas, mas muitas permanecem com aquela sensação corrosiva de que nunca serão boas o bastante. Continuam fazendo cada vez mais coisas, pela necessidade de serem iguais aos homens. (Murdock, 2022 p. 61 e 62)

A segunda seria o conflito entre a família e o trabalho, conciliar a maternidade e a carreira. Ainda é tratada de forma natural a associação de trabalhos domésticos à figura da mulher, muito embora já exista um caminho no sentido de se distribuir melhor estes afazeres, incluindo neste rol a importância do papel da paternidade responsável. Porém, estamos muito longe de ser igualitária para ambos os sexos. Para Leite *et al.* (2021) esta obstinação em equilibrar uma carreira de sucesso e a vida familiar acaba por além de tornar-se opressor e desagradável para as mulheres, causa prejuízos à sua saúde física e mental.

Já a terceira barreira para Oliveira-Silva e Parreira (2022), seria a falta de apoio entre mulheres, a “síndrome da abelha rainha”, ou seja, mulheres que enfatizam qualidades tidas como eminentemente masculinas, e ao fazerem isso, distanciar-se-iam de outras mulheres. A nosso ver, este aspecto reflete-se justamente no fato de que a mulher Atena possui uma mente lógica, estratégica e prática, principalmente em situações de conflito. Ela sente-se sempre estimulada pelo debate e gosta de desafios. Na verdade, ela não estaria pensando como homem, mas claramente ela pensa por si mesma. Segundo Bolen (2003, p. 120), a mulher Atena

Não está agindo como um homem. Seu aspecto masculino, ou *animus* não está pensando por ela. Ela está pensando claramente e bem por si mesma. O conceito de Atena como arquétipo do pensamento lógico, desafia a premissa junguiana de que o pensar é realizado por uma mulher através de seu *animus* masculino, que se presume ser diferente do seu *ego* feminino.

Assim, ao reconhecer que este modo de pensar autônomo na verdade seria uma qualidade feminina e não uma barreira, a mulher Atena passa a ter uma autoimagem mais positiva de si mesma em vez de achar que estaria se masculinizando. Esta racionalidade acaba por ajudá-la a manter seu equilíbrio interior diante dos desafios. Estas barreiras em forma de exigências sofridas pelas mulheres em um mundo patriarcal, justifica a presença metafórica da armadura usada pela nossa Deusa-Heroína: ela precisa a todo tempo ter uma resposta à altura e ser até mesmo agressivamente autoconfiante:

Os homens sempre receberam mais láureas graças à facilidade de recuperação dessa sua *persona*; entretanto, agora que mais e mais mulheres vão descobrindo quanto a mesma *persona* também lhes pode ser útil, uma nova estrutura de personalidade, incomparavelmente concebida na deusa-guerreira, começa a surgir. (Woolger; Woolger, 2021, p.58)

Sua jornada é repleta de obstáculos a todo o tempo: são as promoções, pós-graduações, títulos de mestrado ou doutorado, a cada dia se cobrando mais e mais, pois, para ela, sempre existirão pessoas mais qualificadas à sua frente. Uma jornada que definitivamente não é para covardes. Onde quer que haja uma causa ou pelo o que lutar, lá estará Atena.

Quanto ao aspecto de exclusão criado no ambiente de trabalho pelas próprias mulheres, Leite *et al.* (2022) mostram em seu artigo que hoje se fala em Sororidade, um sentimento que se baseia na empatia, no companheirismo e na união entre as mulheres. Este sentimento tem por finalidade diminuir e eliminar todas as formas de opressão entre elas.

As mulheres gostam de conversar e de se relacionarem umas com as outras, segundo Murdock (2022), as mulheres, historicamente, sempre reuniam-se em círculos, faziam coisas juntas e celebravam suas realizações. O fato de se reunirem em círculos significava que uma não teria poder sobre a outra. Estavam ali como iguais. Segundo Cohen (2009, p.45):

A executiva brasileira se mostra significativamente indiferente ao poder, [...] ela não quer mandar, como homem, ela quer ter a capacidade de influenciar pessoas, ser reconhecida como sábia, sensata, capaz, quer ser um modelo. O Homem, por sua vez, quer ser temido e visto como alguém poderoso, distante, que tem dinheiro.

“O arquétipo de Atenas prospera nas arenas comerciais, acadêmicas, científicas militares ou políticas. Por exemplo, Atenas pode se manifestar na mulher com mestrado em administração comercial”. (Bolen, 2003, p. 12)

As mulheres enquanto líderes, podem assumir várias competências relativas ao desempenho da liderança: a motivação para alcançar seus objetivos, o ânimo, a autoconfiança, a inteligência e a capacidade de adaptação às circunstâncias. Suas decisões não são determinadas pela emoção, mas ela é criativa o suficiente para imaginar como alcançar seu objetivo.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao longo deste artigo procurou-se demonstrar que a mulher do Sec. XXI vem, ainda, lutando para mostrar seu valor, porém, não tencionam mais uma luta contra. Elas querem lutar juntas, lado a lado com os homens, ter a oportunidade ocupar juntas um mundo onde existe lugar, função e importância para todos. É chegado o momento de uma sociedade mais equilibrada, mais sustentável e mais saudável. Onde as mulheres não se sintam culpadas por exercerem tanto o seu lado masculino quanto o feminino, ter um não significa negar o outro, pois todos os seres humanos são feitos de ambos os lados.

O tema, sem dúvida, ainda gera muita discussão, mas já se pode entender que é chegado o momento de se integrar o masculino e o feminino. Um não vive sem o outro. A integração de um ser humano de fato mais completo depende não de ser mulher e “pensar como mulher” ou de ser homem e “pensar como homem”. Será que sempre deveremos para ser um, excluir o outro?

A pesquisa revela que as deusas povoam o imaginário coletivo das mulheres há milhares de anos chegando a permanecer até os dias de hoje. É possível observar o tamanho de sua grandiosidade e permanência no tempo. Graças às suas trajetórias, suas dores, suas vidas e lutas descritas por diversos autores, poetas e artistas, mulheres e homens têm a possibilidade de recuperar e construir seu próprio “EU”. Este artigo pretendeu mostrar uma das faces das 6 deusas aqui representada pela deusa Atena, que hoje habitam e influenciam as mulheres da era moderna. As mulheres de fato ao se libertarem economicamente do homem ainda têm dificuldade de encontrar seu equilíbrio interior. Porque não fomos criadas com os dois lados masculino e feminino integrados: “recusando aos atributos femininos, não se adquirem atributos viris”. (Beauvoir, 2019b, p. 506)

Percebe-se hoje, mais de 70 anos depois de Beauvoir, que não se trata mais de uma recusa ao feminino, mas sim que esta precisa se reconciliar com o masculino. A verdadeira união dos opostos. O século XXI pede cooperação e integração. Para tanto, a mulher precisa sentir-se segura, talvez retirar sua couraça e conseguir transitar mais livremente no ambiente de trabalho, aprendendo com as suas vulnerabilidades em vez de estar sempre provando alguma coisa a alguém.

Esta pesquisa indica que a manutenção de estereótipos e expectativas sociais em relação ao papel do feminino serviu, até o momento, apenas para gerar mais conflito, competição e culpa. Mas para superá-los nossa heroína-deusa precisará ir além destas barreiras. É uma jornada árdua, longa e que demandará dela conhecer-se e aceitar-se. Porque hoje não se trata mais apenas de se ter

sucesso em suas carreiras, trata-se de integrar e aceitar este sucesso como um atributo muito feminino, um atributo da mulher.

O objetivo deste trabalho não foi o de reduzir a mulher de hoje à apenas uma deusa, excluindo assim as demais. Mas mostrar o quanto hoje a força de Atena está presente nas organizações, nas universidades, na política. São mulheres que para ocupar seu espaço lutam estrategicamente com as armas que possuem todos os dias: a jornada diária da heroína-deusa em busca da sua integridade como ser humano, mas principalmente como mulher, seguindo e ouvindo mesmo sem perceber, seu verdadeiro chamado.

Compreender este chamado aceitá-lo sem culpa tem sido desafio das mulheres Atena do Sec. XXI. Assim como aquela que em uma parte de sua vida habitou a mente masculina, a compreendeu e se fez uma com ela, cabe a cada Atena mulher a missão de integrar nosso *animus* e *anima* em equilíbrio como um só, para que enfim, possamos todos viver em paz.

Por fim esta pesquisa defende que todas as mulheres possam não serem dominadas por apenas uma deusa e nem confundidas pelo convívio de todas, posto que cada ser humano, independente da sua sexualidade, tem uma vida própria específica, ou seja, única. Defende-se, ainda, que todas as mulheres, a partir da integração, da vivência e do conhecimento do mito, devem ser reconhecidas enquanto trabalhadoras multifacetadas, fortalecidas, protegidas e abençoadas em sua jornada de convivência e de conhecimento.

## REFERÊNCIAS

- Beauvoir, S. de. (2019a). *O Segundo Sexo: A experiência vivida*. Vol.2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 557 p. ISBN: 9788520943885.
- Beauvoir, S. de. (2019b). *O Segundo Sexo: Fatos e Mitos*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 339 p. ISBN: 9788520943878.
- Bolen, J. S. (2003). *As Deusas e a Mulher – nova psicologia das mulheres*. São Paulo: Paulus. 417 p. ISBN: 8534907099.
- Campbell, J. (2021). *Deusas: os mistérios do divino feminino*. São Paulo: Palas Athena. 350 p. CDD-2912114.
- Campbell, J. (2013). *O Herói de Mil Faces*. São Paulo: Pensamento. 414 p. ISBN 9788531502941.
- Cohen, M. (2009). *Como escalar montanhas de salto alto? Exercendo no poder feminino*. São Paulo: Editora Saraiva. ISBN: 9788502081789.
- DIEESE. (2019). *PEC 06/2019: As Mulheres, outra vez, na Mira da Reforma da Previdência*. Brasília: DIEESE, 2019. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2019/notaTec202MulherPrevidencia/index.html?page=1>. Acesso em: dez/2022.

- Ferguson, K. E. (1999). Patriarchy. In: Tiernay, H. *Women's studies encyclopedia*. Vol.02. [SL]: Greenwood Publishing. 1048 p. ISBN: 9780313310720.
- Fry, S. (2021). *Mythos: as melhores histórias de heróis, deuses e titãs*. São Paulo: Planeta do Brasil. 368 p. ISBN: 9786555354225.
- González, F. E. (2020). Reflexões sobre alguns conceitos da pesquisa qualitativa. *Revista Pesquisa Qualitativa*, 8(17), 155–183. ISSN: 25258222. <https://doi.org/10.33361/RPQ.2020.v.8.n.17.322>.
- Hertogue, A. M. (1992). Relevancia de algunos conceptos y arquetipos de C. Jung para la labor profesional de los trabajadores sociales. *Cuadernos de Trabajo Social*. Nº 1 (1), 195-199. ISSN: 1989-9971. <https://doi.org/10.14198/ALTERN1992.1.16>.
- Hesíodo. (1995). *Teogonia – A Origem dos Deuses*. Estudo e Tradução de: Torrano, J. São Paulo: Iluminuras. ISBN: 858521922X.
- Homero. (2021a). *Ilíada*. Tradução e Prefácio de Lourenço, F. P. Penguin Classics. São Paulo: Companhia das Letras. 715 p. ISBN: 9788563560568.
- Homero. (2021b). *Odisseia*. Tradução e Prefácio de Lourenço, F. Penguin Classics. São Paulo: Companhia das Letras. 574 p. ISBN: 9788563560278.
- Huhne, L. M. (1999). *Metodologia científica*. Rio de Janeiro: Vozes. ISBN: 9788522003204.
- Jung, E. (2020). *Anímus e Aníma: Uma introdução à psicologia analítica sobre os arquétipos do masculino e feminino inconscientes*. São Paulo: Pensamento-Cultrix. 141 p. ISBN: 9786557360231.
- Leite, A., Silveira, G. E., Gallas, A. K. C., Sousa, A. F. & Alves, A. B. D. (2022). Um flerte conservador com o feminismo nas metrópoles contemporâneas: a abordagem da revista Marie Claire sobre assédio sexual e machismo no trabalho. *Revista Conhecimento On Line*. a. 14. v. 1. p. 143-160. jan./jun. ISSN: 2176-8501. <https://doi.org/10.251/2rco.v12381>.
- Murdock, M. (2022). *A Jornada da Heroína: a busca da mulher para se reconectar com o feminino*. Rio de Janeiro: Sextante. 224 p. ISBN: 9786555643329.
- Oliveira-Silva, L. C. & Parreira, V. A. D. (2022). Barreiras e enfrentamentos de mulheres em carreiras predominantemente masculinas. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis – v.30, nº1. ISSN: 1806-9584. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2022v30n174161>.
- Reis, T. A., Dias, A. S., Oliveira, E. O., Costa, J. A., Cremonesi, G. O. G. & Spers, V. R. E. (2018). Desafios e conflitos da mulher na busca da ascensão na carreira profissional. *Recape -*

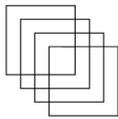
*Revista de Carreiras e Pessoas*. Vol.08 nº3. p.398-412. ISSN: 2237-1427.  
<http://dx.doi.org/10.20503/recape.v8i3.36820>.

Silva, F. B. da. (2017). *Desafios das mulheres em cargos de liderança*. Monografia apresentada na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso II semestre 2017 do curso de Administração de Empresas da Universidade do Vale do Taquari – UNIVATES. Lajeado: UNIVATES.

Sousa, A. S., Oliveira, S. O. & Alves, L. H. (2021). A Pesquisa Bibliográfica: Princípios e Fundamentos. *Cadernos da Fucamp*, v.20, n.43, p.64-83/2021. ISSN 2236-9929 (Online).

Wachholz, L. (2020). *A Mulher na Administração de Empresas – Suas Relações de Trabalho*. São Paulo: Ânima Educação. Disponível em:  
[https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/3623/2/ARTIGO%20-%20LUCIANA\\_WACHHOLZ.pdf](https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/3623/2/ARTIGO%20-%20LUCIANA_WACHHOLZ.pdf). Acesso em: 13/01/2023.

Woolger, J. B. & Woolger, R. J. (2021). *A deusa interior: um guia sobre os eternos mitos femininos que moldam nossas vidas*. São Paulo: Cultrix. 346 p. ISBN: 9788531600517.



## A PERSPECTIVA DA LOGÍSTICA REVERSA NA INDUSTRIALIZAÇÃO DO PAVIMENTO RECICLADO: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA CONSERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

Spec. Antonio Werbiton Marinho Almeida<sup>1</sup>  
Prof. M. Sc. Rickardo Léo Ramos Gomes<sup>2</sup>  
<https://orcid.org/0000-0001-6101-9571>

### RESUMO

A presente pesquisa aborda a logística reversa como ferramenta utilizada na construção civil. Trata-se de um estudo bibliográfico que tem como objetivo geral demonstrar a importância da logística reversa na industrialização do pavimento reciclado e suas contribuições na conservação do meio ambiente, garantindo o reaproveitamento dos resíduos da construção e de demolições com a finalidade da redução da exploração de recursos naturais através da reciclagem. Quanto à forma de abordagem trata-se de uma pesquisa qualitativa e como procedimento de pesquisa elaborou-se uma revisão bibliográfica. A pesquisa atendeu, plenamente, aos objetivos propostos de apresentar a perspectiva da logística reversa, como uma importante ferramenta para o amparo na conservação do meio ambiente, proporcionando diversos benefícios, desde o controle ideal do retorno dos volumes dos resíduos da construção e demolição, bem como os pavimentos asfálticos demolidos, reinserindo os resíduos sólidos em novos ciclos produtivos, constituindo-se, desse modo, em um dos principais objetivos da logística reversa no ramo construtivo, em especial na reutilização dos materiais existentes em pavimentos asfálticos modificados no processo de reabilitação das estradas, sem que haja a necessidade de extrair e consumir matérias-primas em jazidas.

**Palavras-chave:** Logística Reversa, Pavimento Reciclado, Meio Ambiente.

## LA PERSPECTIVA DE LA LOGÍSTICA INVERSA EN LA INDUSTRIALIZACIÓN DE PAVIMENTOS RECICLADOS: UNA CONTRIBUCIÓN A LA CONSERVACIÓN AMBIENTAL

### RESUMEN

Esta investigación aborda la logística inversa como una herramienta utilizada en la construcción civil. Se trata de un estudio bibliográfico cuyo objetivo general es demostrar la importancia de la logística inversa en la industrialización del pavimento reciclado y sus contribuciones a la conservación del medio ambiente, garantizando la reutilización de los residuos de construcción y demolición con el fin de reducir la explotación de los recursos naturales a través de reciclaje. En cuanto a la forma de abordaje, se trata de una investigación cualitativa y como procedimiento de investigación se elaboró una revisión bibliográfica. La investigación cumplió a cabalidad con los objetivos propuestos de presentar la perspectiva de la logística inversa, como una importante herramienta de apoyo a la conservación del medio ambiente, brindando diversos beneficios, desde el control ideal del retorno de volúmenes de residuos de construcción y demolición, así como tales como pavimentos asfálticos demolidos, reinsertando los residuos sólidos en nuevos ciclos productivos, constituyendo así uno de los principales objetivos de la logística inversa en el sector de la construcción, especialmente en la reutilización de materiales existentes en pavimentos asfálticos modificados en el proceso de rehabilitación de carreteras, sin necesidad de extraer y consumir materias primas en depósitos.

---

<sup>1</sup> Bacharelado em Administração de Empresa – Faculdade Ateneu; MBA em Gestão Estratégica de Logística – Faculdade Ateneu; Pós Graduação em Planejamento e Gestão de Finanças Públicas – Universidade Regional do Cariri; MBA em Gestão Financeira e Controladoria – Faculdade Educamais; MBA em Administração de Negócios – Centro Universitário Ateneu; Bacharelado em Engenharia Civil – Centro Universitário Ateneu; Pós Graduação Administração Financeira – Faculdade Venda Nova do Imigrante; Pós Graduação Engenharia de Pavimentação Asfáltica – Faculdade Venda Nova do Imigrante; Pós-graduando em MBA em Gestão de Suprimentos – Instituto Euvaldo Lodi. Gerente Administrativo e Financeiro da Insttale Engenharia Ltda.

<sup>2</sup> Prof. da Disc. de Met. do Trabalho Científico (Orientador) –Inst. Euvaldo Lodi; FBUNI; M. Sc. em Fitotecnia - UFC; Spec. em Met. do Ens. de Ciências - UECE; Grad. em Agronomia - UFC; Lic. na Área de Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias - UVA; Cursos de Aperfeiçoamento em: HARVARD; BID; FIOCRUZ. Johns Hopkins University (JHBSPH); Consultor Internacional do BIRD para Lab. Científicos. Consultor Científico.

**Tesouro de la UNESCO:** Pertenece al grupo: Ciencias ambientales e ingeniería. Aprovechamiento de recursos. Tratamiento de desechos.

**Palabras llave:** Logística Inversa, Piso Reciclado, Medio ambiente.

## **THE PERSPECTIVE OF THE INVERSE LOGISTICS IN THE INDUSTRIALIZACIÓN OF RECYCLED FLOORING: A CONTRIBUCIÓN TO THE ENVIRONMENTAL CONSERVATION**

### **ABSTRACT**

This research addresses reverse logistics as a tool used in civil construction. This is a bibliographical study whose general objective is to demonstrate the importance of reverse logistics in the industrialization of recycled pavement and its contributions to the conservation of the environment, guaranteeing the reuse of construction and demolition waste to reduce the exploitation of natural resources through recycling. As for the form of approach, it is qualitative research and as a research procedure, a bibliographic review was elaborated. The research fully met the proposed objectives of presenting the perspective of reverse logistics, as an important tool to support the conservation of the environment, providing several benefits, from the ideal control of the return of volumes of construction and demolition waste, as well as such as demolished asphalt pavements, reinserting solid waste into new production cycles, thus constituting one of the main objectives of reverse logistics in the construction sector, especially in the reuse of existing materials in modified asphalt pavements in the rehabilitation process of roads, without the need to extract and consume raw materials in deposits.

**Keywords:** Reverse Logistics, Recycled Floor, Environment.

### **INTRODUÇÃO**

O descarte inadequado dos resíduos é proibido no Brasil desde 1954, pela Lei 2.312 de 3 de setembro pelo CNS – Código Nacional da Saúde, e a partir de 1981 ganhou um reforço pela PNMA – Política Nacional do Meio Ambiente e há pouco tempo pela PNRS – Política Nacional dos Resíduos Sólidos.

As empresas do ramo da construção civil adotaram a conscientização sobre a necessidade de encontrar recursos para reduzir a degradação ambiental, através da logística reversa dos materiais que não tinham um descarte correto, propiciando uma nova expectativa e adaptando a uma nova realidade no âmbito ambiental.

A perspectiva da logística reversa na industrialização dos pavimentos reciclados, busca fazer um planejamento e controle, referente aos resíduos retirados da construção civil e utilizados na fabricação, através do fresado, minimizando todos os danos causados na extração dos minérios em jazidas para a fabricação dos pavimentos.

O programa de gerenciamento de resíduos da construção civil, beneficia toda uma cadeia, favorecendo a reciclagem dos pavimentos e propiciando a redução e degradação ambiental, em busca do controle e um menor desperdício na qualidade final do produto.

O objetivo geral deste artigo científico é identificar a logística reversa na industrialização do pavimento reciclado para a contribuição na conservação do meio ambiente. Os objetivos específicos são os seguintes: Definir a logística reversa na construção civil; avaliar a reciclagem dos resíduos da construção civil oriundos da pavimentação asfáltica; analisar a importância do pavimento reciclado na conservação do meio ambiente.

Este artigo ficou estruturado em quatro tópicos. O primeiro tópico apresentou-se a introdução com destaque para os objetivos dessa pesquisa. No segundo elaborou-se uma fundamentação teórica que fez um breve histórico de como surgiu o descarte correto dos resíduos, abordou a reciclagem de resíduos da construção civil e comentou sobre o pavimento reciclado. O terceiro tópico abordou a metodologia utilizada na elaboração do artigo, que contou com o estudo de fontes científicas variadas tais como livros, artigos científicos, periódicos, jornais e revistas científicas. No quarto tópico foram elaboradas as considerações finais denotando a perspectiva da logística reversa na fabricação do pavimento reciclado, que busca propiciar um melhor desempenho empresarial/ambiental, associado ao caminho inverso do descarte dos resíduos, demonstrando que usar os recursos renováveis e recicláveis, beneficia toda uma cadeia de produção e seus negócios para satisfação de todos os agentes que atuam nesta cadeia.

## **METODOLOGIA**

Quanto à forma de abordagem trata-se de uma pesquisa qualitativa e como procedimento de pesquisa elaborou-se uma revisão bibliográfica. Para Minayo e Costa (2019, p. 64):

[...] as pesquisas qualitativas têm como matéria prima um conjunto de substantivos cujos sentidos se complementam: experiência, vivência, senso comum e ação. E o movimento que informa qualquer abordagem ou análise [...] se baseia em três verbos: compreender, interpretar e dialetizar.

A abordagem escolhida garantiu a manutenção do foco da pesquisa, já que partiu da premissa de que as práticas de logística reversa compõem um arcabouço de conhecimentos que alicerçam todo procedimento investigativo.

Destaque-se aqui o conhecimento sobre a temática investigada, que os pesquisadores têm, enquanto profissionais que atuam e estudam a logística reversa. Ter este conhecimento prévio é muito importante conforme Yin (2016, p. 46)

Importante entre as competências esperadas, **de um pesquisador**, é o conhecimento de seu próprio tema de pesquisa. Muitas pessoas pensam que, ao fazer pesquisa qualitativa, tal conhecimento gira em torno de ter uma noção do ambiente de campo e dos participantes de seu estudo. Estas pessoas ignoram o fato de que seu tema de estudo escolhido provavelmente já terá sido o tema de estudos anteriores. Neste sentido, saber sobre seu tema de estudo exige que você saiba sobre os resultados de pesquisa anterior sobre o assunto, não apenas o ambiente de campo e os participantes previstos. (Grifo nosso)

Complementando Moreira e Rosa (2016, p.06) indicam que a abordagem qualitativa está associada a atributos tais como: “ela é interpretativa, holística, naturalista, participativa, interacionista simbólica, construtivista, etnográfica, fenomenológica e antropológica”.

As principais fontes que foram investigadas, no decorrer da revisão bibliográfica, consistiram em livros, artigos científicos, periódicos, jornais e revistas científicas. Tais obras foram classificadas em duas categorias: leitura corrente e referência. Os da primeira categoria serviram para se realizar uma leitura mais demorada e atenta para que os pesquisadores pudessem elaborar uma boa fundamentação teórica. Já os documentos da segunda categoria serviram para os pesquisadores

conseguirem coletar opiniões, posicionamentos, etc. com a agilidade que toda pesquisa científica requer. (Santos, 2001)

Cumprir destacar a importância da revisão bibliográfica no decorrer do processo de investigação desenvolvido neste artigo. Fachin (2001, p. 125) resume a importância da revisão bibliográfica, ao afirmar que “[...] é a base para as demais pesquisas e pode-se dizer que é um constante na vida de quem se propõe a estudar”.

Por meio da revisão bibliográfica foi possível estes investigadores desenvolverem uma análise crítica e comparativa de teorias e modelos existentes a partir de um esquema conceitual bem definido ao longo das várias pesquisas científicas desenvolvidas pelos autores que contribuíram com as análises e os comentários aqui compartilhados. (Tachizawa & Mendes, 2003)

Por fim, então, fica evidente que a revisão bibliográfica traz ao pesquisador o embasamento fundamental, compreendendo que o saber científico é um saber cumulativo e necessário para o entendimento e a edificação de conceitos e/ou fenômenos.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Neste tópico faz-se uma reflexão da logística reversa contribuindo no desenvolvimento sustentável através do pavimento reciclado, garantindo o reaproveitamento dos resíduos da construção e demolição com a finalidade da redução dos recursos naturais.

### **Logística Reversa na Construção Civil**

O controle ideal do retorno dos volumes dos resíduos da construção e demolição (RCD), e, também, os pavimentos asfálticos demolidos (PAD), reinsere os resíduos em novos ciclos produtivos, sendo o principal objetivo da logística reversa no ramo da construção civil. Apesar da dificuldade de empreendimentos com empresas recicladoras, vários são os fundamentos desfavoráveis à reciclagem, sendo que, com o decorrer dos anos, vem ganhando possibilidades na restauração dos materiais, “a reciclagem, além de agregar valor econômico, ecológico e logístico aos materiais que podem voltar como novas matérias-primas, agrega valor de reutilização ao bem de pós-consumo”. (Luhezzi & Terence, 2014, p.05)

Cosenza, Andrade e Assunção (2020, p. 03) afirmam que o atual

[...] modelo econômico não contribui para a promoção de um futuro sustentável, já que a economia funciona de forma linear (extração, produção, consumo e resíduos), resultando no uso excessivo dos recursos naturais em um ritmo mais acelerado do que sua capacidade de regeneração, em uma ponta, e na geração de montanhas de resíduos urbanos, na outra.

Gagliardi e Lanzotti (2018, p.02) reforçam esta compreensão:

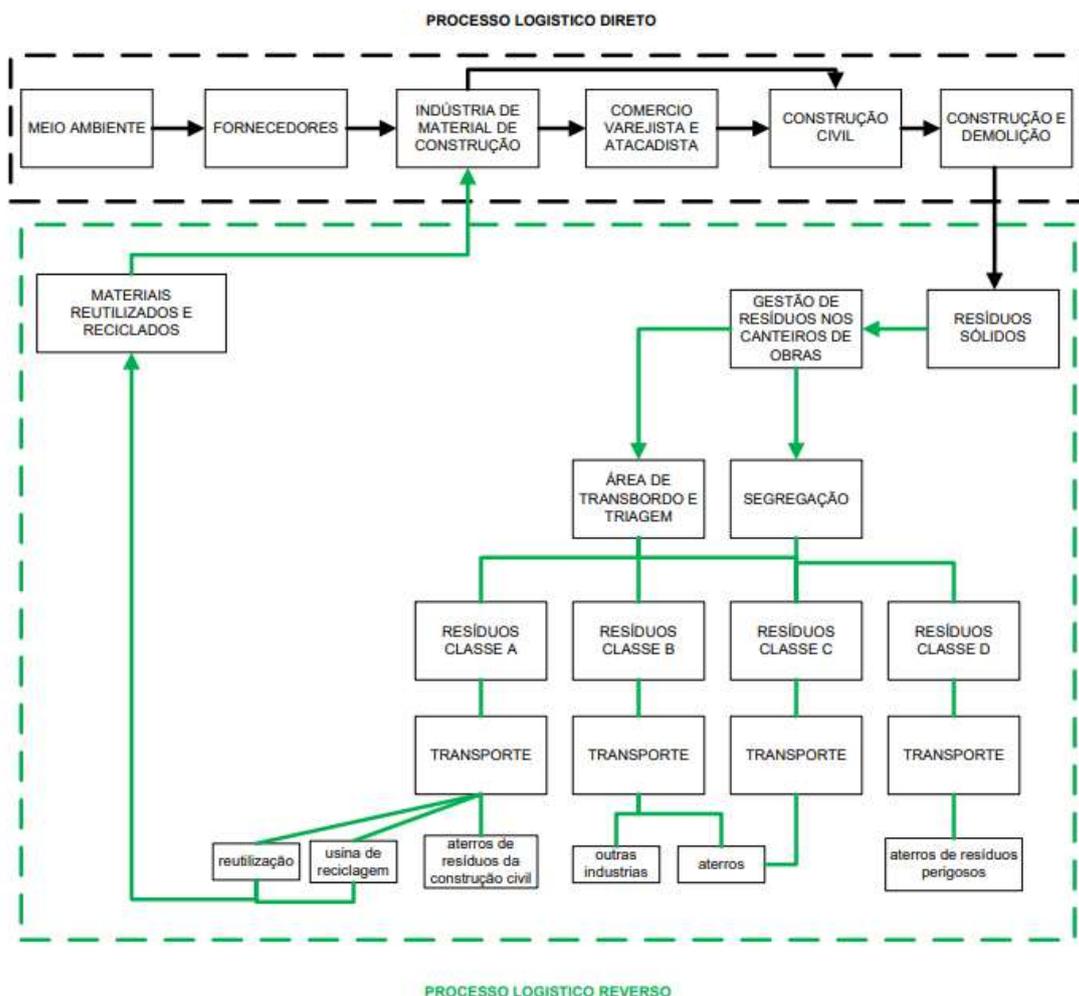
Frente a necessidade e a obrigatoriedade da garantia de sustentabilidade, muitas empresas têm investido no processo de Logística Reversa. No entanto, como tal processo acarreta custos muitas vezes altos, algumas empresas ainda têm apresentado resistência em aderir a essa proposta sustentável. O Desenvolvimento Sustentável é uma necessidade urgente para um mundo onde o consumo e produção crescem de forma diretamente proporcional a sua população, a qual tem apresentado um aumento descontrolado e acelerado.

Os pavimentos demolidos precisam ser direcionados para locais específicos no canteiro de obras, garantindo o gerenciamento e a estruturação do fluxo, a logística de canteiro refere-se às atividades ligadas à gestão e ao planejamento dos fluxos físicos ligados à execução dos serviços e dos seus mecanismos de controle dos serviços. (Fonsêca & Uchôa, 2016)

Vieira (2006), citado por Mazur (2015) afirma que todavia, a logística reversa no canteiro de obra movimenta vários benefícios, dentre eles, a diminuição do consumo de matéria prima, a redução do desperdício de materiais, além de aumentar o tempo produtivo e melhorar a disposição dos trabalhadores, visto que seu local de trabalho estará mais organizado e limpo. É possível observar na Figura 1 a complexidade dos fluxos característicos da logística reversa com relação aos resíduos decorrentes da construção civil.

Figura 1

*Fluxos Direto e Reverso da Cadeia Logística da Construção Civil*



Fonte: Cavalcante *et al* (2013)

Felix e Gomes (2019, p. 03) ressaltam a importância de se obter resultados positivos nos custos finais de uma obra: “Com a diversificação do mercado da construção civil, a negociação e o planejamento de obras são ferramentas essenciais para se ter resultados positivos nos custos finais”.

O planejamento e controle correto do descarte dos resíduos na construção civil, possibilita que a logística reversa, faça o processo produtivo como novas matérias primas na parte da industrialização e na fabricação dos pavimentos reciclados.

### Reciclagem de Resíduos da Construção Civil

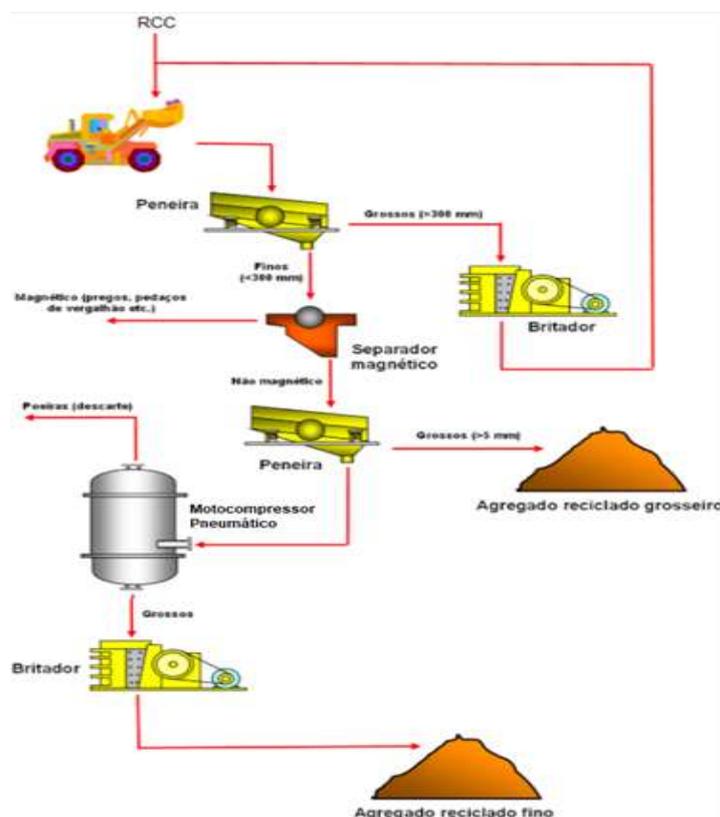
A reciclagem asfáltica consiste na reutilização dos materiais existentes em pavimentos asfálticos modificados no processo de reabilitação das estradas, sem que haja a necessidade de extrair e consumir mais matérias-primas. Uma das grandes vantagens é justamente aproveitar 100% do material danificado.

A construção civil é uma grande geradora de impactos ambientais, modificando paisagens e acumulando grande quantidade de resíduos sólidos nas suas obras, ou seja, os resíduos estão presentes em todos os tipos de obras (Freitas & Gomes, 2022).

Salomão *et al* (2019, p. 07) elaboraram um fluxograma, conforme Figura 2, no qual os resíduos da construção civil (RCC) passam por um processo de reutilização.

Figura 2

Fluxograma de resíduos da construção



Fonte: Salomão *et al* (2019)

Silva *et al* (2019, p. 05) destacam que:

O material das misturas abertas terá resistência basicamente proporcionada pelo esforço de compactação, dado o atrito interno entre os agregados; O aglutinante promove uma coesão mínima entre os grãos. Eles são especialmente adequados como camadas de base ou nivelamento para um piso existente.

De acordo com a ABRELPE os municípios coletaram cerca de 45,1 milhões de toneladas de resíduos da construção e demolição em 2016, o que configura uma diminuição de 0,08% em relação a 2015. Essa situação exige uma atenção especial, pois a quantidade total desses resíduos é ainda maior, uma vez que os municípios coletaram apenas os resíduos lançados ou abandonados nos logradouros públicos (ABRELPE, 2021).

A reciclagem dos resíduos representa diversos fatores que beneficiam o meio ambiente, visando agregar benefícios que corroboram para o ecossistema do planeta e na conservação de córregos, rios, açudes dentre outros.

### **Pavimento Reciclado**

A reciclagem dos pavimentos flexíveis consiste em diminuir a extração de matérias retirados das jazidas, em decorrente do reaproveitamento total ou parcial do revestimento fresado. Controlando os volumes originados de cada resíduo do pavimento asfáltico demolido. A Resolução Nº 307/02 do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA (alterada pela resolução Nº 448/2012), dispõe sobre a gestão dos resíduos da construção civil, determina que os resíduos gerados deverão ser destinados das seguintes formas:

I – Classe A: deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a áreas de aterro de resíduos da construção civil, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

II – Classe B: deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

III – Classe C: deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

IV – Classe D: deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas. (Brasil, 2002)

A aplicação do pavimento reciclado em camadas de vias federais e perímetros urbanos, tem sido de forma favorável, para o crescimento da reutilização e na conservação do meio ambiente, beneficiando a cadeia produtiva da pavimentação e corroborando com processo da logística reversa desde a sua industrialização do pavimento até a sua aplicação nas malhas viárias. Para minimizar os impactos ambientais da indústria da construção, Kilbert (1995, p. 1-9) propôs os seguintes princípios:

I. Minimizar o consumo de recursos: gastar mais tempo na fase de planejamento e projetos para otimizar a utilização de materiais e minimizar a produção de resíduos;

II. Maximizar a reutilização de recursos: reutilizar componentes que ainda possam desempenhar a função para a qual foram produzidos, ou mesmo serem utilizados em outra função;

III. Usar recursos renováveis e recicláveis: optar por materiais recicláveis ou cujas fontes de matéria-prima sejam renováveis;

IV. Proteger o meio ambiente: evitar o uso de materiais cuja extração de matéria-prima cause danos ambientais: aproveitar os recursos naturais para iluminação e ventilação, reusar águas servidas, etc.;

V. Criar um ambiente saudável e não tóxico: evitar utilização de materiais que podem causar danos tanto ao meio ambiente quanto aos usuários;

VI. Buscar a qualidade na criação do ambiente construído: projetar utilizando técnicas que permitam uma construção mais econômica, menos poluente e que impacte menos agressivamente no meio ambiente.

O pavimento reciclado tem como característica beneficiar e reaproveitar toda uma cadeia produtiva, sequenciando etapas de produção e sendo vista como um fator primordial para as conservações das estradas, levando em conta os fatores ecológicos de sustentabilidade e preservação, minimizando os impactos ambientais de toda uma região.

Bonfim (2020, p.07) montou um organograma, apresentado na Figura 3, com os tipos de reciclagem de pavimento.

Figura 3

*Tipos de Reciclagem*



Fonte: Bonfim (2020)

Destaque-se que o reprocessamento do material transforma-se no asfalto 100% reciclado, constituindo-se uma forma de ajudar na preservação do meio ambiente e o baixo custo da produção.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente artigo apresenta um modelo conceitual da logística reversa como uma ferramenta que possibilita um cenário de vantagens no aproveitamento de resíduos sólidos, principalmente oriundos da construção civil e pavimentação asfáltica, uma vantagem que auxilia na preservação do meio ambiente.

A industrialização do pavimento reciclado proveniente da construção civil tem sido umas das maneiras mais importantes, para a contribuição e preservação do meio ambiente. A logística reversa possibilita o uso dos recursos renováveis e recicláveis, trazendo benefícios com alto nível de

complexidade e de associação direta com os fatores ecológicos, econômicos e no processo da própria fabricação do pavimento.

A perspectiva da inovação dos pavimentos reciclados trará por aproximação, fatores como a qualidade, responsabilidade social, conscientização da preservação e o descarte correto dos materiais que provém da construção civil e pavimentação asfáltica, beneficiando toda uma cadeia que conduz seus negócios para satisfazer seus clientes internos e externos, melhorando o desempenho geral, auxiliando na conformidade legislativa da política nacional dos resíduos sólidos.

A quantidade de empresas do setor da construção que estão ativas, no Brasil, voltou a crescer e alcançou 124,5 mil em 2018 segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esse crescimento ligado ao reaproveitamento sustentável dos reciclados e procedimentos de avaliação contínua, facilita os parâmetros e implementação de formas de sustentabilidade do pavimento reciclado.

Esta pesquisa denota que os órgãos competentes precisam ampliar as vantagens e conhecimentos no desenvolvimento de empresas que queiram contribuir e incorporar em suas políticas de responsabilidade social o aproveitamento de resíduos sólidos 100% reciclados. Ampliando, dessa maneira, a efetividade e a conscientização da logística reversa no processo de reciclagem de pavimentos e beneficiando o setor da construção civil.

A pesquisa atendeu, plenamente, aos objetivos propostos de apresentar a perspectiva da logística reversa, como uma importante ferramenta para o amparo na conservação do meio ambiente, proporcionando diversos benefícios, desde o controle ideal do retorno dos volumes dos resíduos da construção e demolição (RCD), bem como os pavimentos asfálticos demolidos (PAD), reinserindo os resíduos em novos ciclos produtivos, constituindo-se, desse modo, em um dos principais objetivos da logística reversa no ramo construtivo, em especial na reutilização dos materiais existentes em pavimentos asfálticos modificados no processo de reabilitação das estradas, sem que haja a necessidade de extrair e consumir matérias-primas em jazidas.

Não obstante, faz-se necessário, o desenvolvimento de novas pesquisas que busquem novas tecnologias, informações e a aplicações dos resíduos sólidos de forma mais aprimorada, buscando a melhor relação custo-benefício e as características mais apropriadas desses pavimentos reciclados, facilitando de forma eficiente e eficaz a sua aplicabilidade no processo produtivo das estradas, rodovias e perímetros urbanos.

## REFERÊNCIAS

- ABRELPE. (2021). *Panorama dos resíduos sólidos no Brasil*. São Paulo: Agência Pituri. Disponível em: <http://www.abrelpe.org.br/Panorama/panorama2016.pdf>. Acesso em 22/09/2022.
- Bonfim, V. (2020). *Reciclagem de pavimento*. São Paulo: DVS.
- Brasil. (1954). Lei 2.312 de 3 de setembro pelo Código Nacional da Saúde. *Diário Oficial da União* - Seção 1 - 9/9/1954, Página 15217.

- Brasil. (2002). Ministério do Meio Ambiente. Resolução nº 307, 5 de julho de 2002. *Diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil*. Brasília: CONAMA – Conselho Nacional do meio Ambiente.
- Cavalcante, E. A., Rodrigues, M. V., Rodrigues, T. C., Ferreira, T. A. & Barbosa, R. C. (2013). Logística Reversa de Resíduos Sólidos do Setor de Construção Civil: Aspectos Conceituais; Regulamentação e Fluxo Reverso. In: XX Simpósio de Engenharia de Produção. *Anais Engenharia De Produção & Objetivos de Desenvolvimento do Milênio*. Bauru, Brasil, 4 a 6 de novembro.
- Cosenza, J. P., Andrade, E. M. & Assunção, G. M. (2020). Economia circular como alternativa para o crescimento sustentável brasileiro: análise da Política Nacional de Resíduos Sólidos. *Rev. Gest. Ambient. e Sust. - GeAS*, 9(1), 1-30, e16147. e-ISSN: 2316-9834. <https://doi.org/10.5585/geas.v9i1.16147>.
- Fachin, O. (2001). *Fundamentos de metodologia*. 3.ed. São Paulo: Saraiva.
- Felix, K. dos S. & Gomes, R. L. R. (2019). Negociação e planejamento de suprimentos na construção civil. *Revista Observatorio de la Economía Latinoamericana*, Vol. 08, Nº 11 noviembre. ISSN: 1696-8352. Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/oel/2019/11/suprimentos-construcao-civil.html>. Acesso em: 01/10/2022.
- Fonsêca, R. de O. & Uchôa, F. P. (2016). A importância da logística reversa para construção civil. *Anais do V SINGEP*. São Paulo. ISSN: 2317-8302.
- Freitas, F. A. E. & Gomes R. L. R. (2022). Producción e Implementación de Hormigón CCR en una Obra en la Vía Circular en la Zona Metropolitana de Fortaleza – CE. *Revista Observatorio de la Economía Latinoamericana*. Vol. 20, nº 7 enero-marzo. ISSN: 1696-8352. <https://doi.org/10.51896/oel/FUPT3550>
- Gagliardi, R. & Lanzotti, C. R. (2018). Logística Reversa de Pneus: um caminho voltado para o desenvolvimento sustentável. *Revista Interface Tecnológica, [S. l.]*, v. 15, n. 2, p. 492–503, 2018. <https://doi.org/10.31510/infa.v15i2.389>.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2018). *Pesquisa anual da indústria da construção 2018*. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/54/paic\\_2018\\_v28\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/54/paic_2018_v28_informativo.pdf). Acesso em: 20 nov. 2023.
- Kilbert, C. J. (1995). Principles of Sustainable Construction. *Proceedings of the First International Conference on Sustainable Construction*, 6-9 November, Tampa, FL, EUA.
- Lucezzi, C. & Terence, M. C. (2014). Logística reversa aplicada na construção civil. *Revista Mackenzie de Engenharia e Computação*, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 144-160, out. 2014. ISSN: 1518-7470.
- Mazur, J. (2015). *Resíduos sólidos da construção civil e a logística reversa no canteiro de obras vinculados à saúde e segurança do trabalhador*. (Monografia) Curso de Pós Graduação em

Engenharia de Segurança do Trabalho, do Departamento Acadêmico de Construção Civil.  
Curitiba: Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Minayo, M.C. & Costa, A.P. (2019). *Técnicas que fazem uso da palavra, do olhar e da empatia: pesquisa qualitativa em ação*. Aveiro: Ludomedia. 64 p.

Moreira, M. A. & Rosa, P. R. S. (2016). *Pesquisa em Ensino: Métodos Qualitativos e Quantitativos*. 2ª Edição. Porto Alegre: UFRGS.

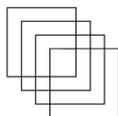
Salomão, P. E. A., Malagute, L. S., Lorentz, L. P. A. & Paula, L. T. G. de. (2019). Reutilização dos resíduos gerados pela construção civil: uma breve revisão. *Research, Society and Development*, vol. 8, núm. 10, pp. 01-13. ISSN: 2525-3409.

Santos, I. E. dos. (2001). *Textos selecionados de métodos e técnicas de pesquisa científica*. Rio de Janeiro: Impetus.

Silva, J. E. da, Pinto, F. R., Torres, M. H. M., Alencar, D. B. de & Parente, R. S. (2019). A Sustainability Analysis of Different Types of Asphalts. *International Journal for Innovation Education and Research*, Dhaka, Bangladesh, v. 7, n. 11, p. 441–449. ISSN: 2411-2933. <https://doi.org/10.31686/ijer.vol7.iss11.1898>.

Tachizawa, T. & Mendes, G. (2003). *Como fazer monografia na prática*. Rio de Janeiro: FGV.

Yin, R. K. (2016). *Pesquisa qualitativa do início ao fim*. Tradução Daniel Bueno. Porto Alegre: Penso. ISBN 9788584290833.



## POSSÍVEIS IMPACTOS DO COVID-19 NA AUTONOMIA FINANCEIRA DE MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA

**Ana Rita Silva Sacramento**

Universidade Federal da Bahia (UFBA)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6739-5711>

e-mail: [anasacramento@ufba.br](mailto:anasacramento@ufba.br)

**Fabiano Maury Raupp**

Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

ORCID: 0000-0001-9533-2574

E-mail: [fabianoraupp@hotmail.com](mailto:fabianoraupp@hotmail.com)

**Denise Ribeiro de Almeida**

Universidade Federal da Bahia (UFBA)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2813-1411>

e-mail: [deniserib@gmail.com](mailto:deniserib@gmail.com)

**Antônio Almeida Lyrio Neto**

Universidade Federal da Bahia (UFBA)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5750-307X>

e-mail: [antoniolyrio@ufba.br](mailto:antoniolyrio@ufba.br)

### RESUMO

O objetivo do artigo consiste em analisar o impacto da pandemia da Covid-19 na autonomia financeira de municípios de Santa Catarina. A questão norteadora da investigação foi definida como: *Qual o impacto da pandemia da Covid-19 na autonomia financeira de municípios de Santa Catarina?* Trata-se de um estudo descritivo, realizado por meio de pesquisa documental, com abordagem qualitativa. O objeto empírico correspondeu aos municípios do Estado de Santa Catarina com porte populacional entre 20.001 e 50.000 habitantes, em um total de 40 municípios. Os dados foram coletados a partir de fontes documentais acessadas no Tesouro Nacional, de forma particular os Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária do 6º bimestre do período 2017-2020 disponíveis no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro. Foram identificados três grupos de municípios, se sobressaindo, em quantidade, o grupo com municípios que mantiveram ou aumentaram a autonomia financeira de 2017 a 2019, demonstrando uma queda na passagem de 2019 para 2020. Infere-se que os resultados obtidos no presente estudo revelam possíveis impactos da pandemia da Covid-19 na autonomia financeira desses municípios. Assim, tem-se como objetivo geral analisar o impacto da pandemia da Covid-19 na autonomia financeira de municípios de Santa Catarina. Especificamente buscou-se identificar o grau de autonomia financeira dos entes escolhidos no exercício 2020 para, em seguida, compará-lo ao histórico desse mesmo indicador nos três anos imediatamente anteriores à Covid-19, em 40 municípios do Estado com porte populacional entre 20.001 e 50.000 habitantes.

**Palavras-chave:** Covid-19, Autonomia Financeira, Condição Financeira, Receitas Governamentais, Municípios.

# POSIBLES IMPACTOS DEL COVID-19 EN LA AUTONOMÍA FINANCIERA DE LOS MUNICIPIOS DE SANTA CATARINA

## RESUMEN

El objetivo del artículo es analizar el impacto de la pandemia de Covid-19 en la autonomía financiera de los municipios de Santa Catarina. La pregunta orientadora de la investigación se definió como: ¿Cuál es el impacto de la pandemia de Covid-19 en la autonomía financiera de los municipios de Santa Catarina? Se trata de un estudio descriptivo, realizado a través de una investigación documental, con abordaje cualitativo. El objeto empírico correspondió a los municipios del Estado de Santa Catarina con tamaño de población entre 20.001 y 50.000 habitantes, en un total de 40 municipios. Los datos fueron recolectados de fuentes documentales a las que se accedió en el Tesoro Nacional, en particular los Informes Resumidos de Ejecución Presupuestaria del 6º bimestre del período 2017-2020 disponibles en el Sistema de Información Contable y Tributario del Sector Público Brasileño. Se identificaron tres grupos de municipios, destacándose, en cantidad, el grupo con municipios que mantuvieron o incrementaron la autonomía financiera de 2017 a 2019, evidenciando una disminución en el pasaje de 2019 a 2020. Se infiere que los resultados obtenidos en el presente estudio revelar posibles impactos de la pandemia de Covid-19 en la autonomía financiera de estos municipios.

**Palabras clave:** Covid-19, Autonomía Financiera, Condición Financiera, Ingresos Gubernamentales, Municipios.

## POSSIBLE IMPACTS OF COVID-19 ON THE FINANCIAL AUTONOMY OF SANTA CATARINA'S MUNICIPALITIES

### ABSTRACT

The aim of the article is to analyze the impact of the Covid-19 pandemic on the financial autonomy of municipalities in Santa Catarina. The guiding question of the investigation was defined as: What is the impact of the Covid-19 pandemic on the financial autonomy of municipalities in Santa Catarina? This is a descriptive study, carried out through documentary research, with a qualitative approach. The empirical object corresponded to the municipalities of the State of Santa Catarina with a population size between 20,001 and 50,000 inhabitants, in a total of 40 municipalities. Data were collected from documentary sources accessed at the National Treasury, in particular the Summary Reports on Budget Execution for the 6th bimester of the 2017-2020 period available in the Accounting and Tax Information System for the Brazilian Public Sector. Three groups of municipalities were identified, with the group with municipalities that maintained or increased financial autonomy from 2017 to 2019 standing out, in quantity, demonstrating a drop in the passage from 2019 to 2020. It is inferred that the results obtained in this study reveal possible impacts of the Covid-19 pandemic on the financial autonomy of these municipalities.

**Keywords:** Covid-19, Financial Autonomy, Financial Condition, Government Revenue, Municipalities.

## INTRODUÇÃO

É incontestável que os desafios impostos pelo novo coronavírus – SARS-CoV-2 – não se

limitaram à questão sanitária. Identificado em Wuhan na China no final de 2019 e posteriormente disseminado e transmitido por todo o mundo, o vírus causador de uma das síndromes respiratórias mais agudas e letais nos seres humanos que se tem notícia – a Covid-19 - prossegue ainda voraz em 2021, aniquilando vidas e setores da economia, e exigindo que, globalmente, governos adotem medidas na tentativa de reduzir os devastadores impactos por ele causados.

Essa atual situação ratifica a advertência de Levy (2019) sobre a dificuldade para se vislumbrar o alcance e consequências dessa pandemia. De fato, viu-se que os impactos sobre a oferta e a demanda por bens e serviços causados pelas medidas de distanciamento social, por exemplo, desorganizaram as relações de trabalho, produtivas, de comércio e de crédito. Esse contexto exigiu ainda que indicadores socioeconômicos projetados antes da pandemia fossem constantemente atualizados por governos e organismos multilaterais em todo o mundo, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) que previu a contração da economia mundial em 3,0% no ano de 2020 (Levy, 2019). De fato, com a divulgação dos dados do FMI referentes a 2020 viu-se que, considerando os países com mais de dez milhões de habitantes em 2020 – excluindo a Venezuela – a média das taxas de crescimento em 2019 foi de 2,98%, em 2020 essa mesma média foi de -3,29%. No Brasil o PIB teve queda de 4,1% em 2020 segundo essa mesma fonte (Ellery, 2021).

Nesse contexto, é plausível supor que para países emergentes, com elevados índices de desigualdade de renda e sistema de saúde pública precário, como no Brasil, os impactos dessa pandemia nas contas públicas podem ser ainda mais relevantes do que nos países desenvolvidos, em decorrência, por um lado, do aumento das despesas, e por outro, da frustração nas receitas, que a redução da arrecadação decorrente de uma desaceleração econômica dessa magnitude é capaz de provocar. Cumpre informar que de acordo com a Receita Federal do Brasil, no período acumulado de janeiro a dezembro de 2020, a arrecadação total das receitas federais alcançou o valor de R\$ 1.479.390 milhões, representando um decréscimo pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA de 6,91% em relação ao que foi arrecadado em 2019 (Receita Federal (2021)).

Neste contexto, a condição financeira governamental desponta como importante conceito que merece ser investigado no Brasil em âmbito municipal, inclusive porque se sabe que desde que foram elevados à condição de membros da federação, pela Constituição Federal de 1988, os Municípios tanto passaram a ter autonomia para planejar, controlar, arrecadar e gastar os recursos públicos, como também assumiram mais responsabilidades na prestação de serviços públicos à comunidade, resultantes da universalização de diversos direitos sociais, dentre os quais os relacionados à saúde, que a Magna Carta preconizou. Ademais, como parte da receita própria dos municípios - a cota-parte do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA e do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR – é coletada indiretamente pelos Estados e pela União – e registrada como transferências intergovernamentais – um eventual decréscimo no arrecadado por esses entes superiores pode ter repercussão na condição financeira das municipalidades.

A condição financeira, segundo Lima e Diniz (2016) é um fenômeno complexo, multidimensional e influenciado por fatores do ambiente político e fiscal, internos e externos ao ente

governamental. Ainda segundo esses mesmos autores, trata-se da capacidade de um governo continuar a fornecer serviços à população e satisfazer suas obrigações financeiras, tão logo exigidas, e que pode ser analisada a partir de várias perspectivas e focos, dentre os quais a da receita, a dos gastos, a do endividamento etc. Na perspectiva da receita, o pressuposto é que as receitas determinam a capacidade do governo em financiar seus serviços em uma base contínua; na perspectiva dos gastos busca-se identificar a relação entre esses e a saúde financeira do governo; já na do endividamento, o propósito da análise consiste em determinar o impacto da dívida sobre a condição financeira do governo, bem como a extensão na qual novas dívidas podem ser contraídas.

Mesmo frente a um espectro amplo de possibilidades e perspectivas de estudo, a pesquisa em tela centra-se na ótica da receita por entender sua relação e influência nas demais perspectivas, quais sejam, de gastos e de endividamento. Em face do exposto, a questão norteadora da investigação foi definida como: *Qual o impacto da pandemia da Covid-19 na autonomia financeira de municípios de Santa Catarina?* Assim, tem-se como objetivo geral analisar o impacto da pandemia da Covid-19 na autonomia financeira de municípios de Santa Catarina. Especificamente buscou-se identificar o grau de autonomia financeira dos entes escolhidos no exercício 2020 para, em seguida, compará-lo ao histórico desse mesmo indicador nos três anos imediatamente anteriores à Covid-19, em 40 municípios do Estado com porte populacional entre 20.001 e 50.000 habitantes.

Considera-se que a realização de esforço investigativo dessa natureza pode ser justificada de várias maneiras, dentre as quais se destaca a carência de estudos no Brasil sobre condição financeira governamental, especialmente comparando municípios do país por meio de indicadores de análise de receita operacional. Quanto à dimensão espacial, buscou-se por conveniência trabalhar com os municípios do Estado de Santa Catarina. No tocante à dimensão temporal, a opção por comparar o grau identificado no ano de 2020 com os três imediatamente anteriores visou conhecer o histórico do comportamento desse indicador, a fim de verificar se seu desempenho foi afetado pela pandemia da Covid-19.

Espera-se, portanto, que esse esforço para sistematizar o conhecimento acerca da condição financeira governamental desses municípios contribua também em termos práticos, podendo incentivar outros estudos que façam avançar a sua compreensão pelas áreas de conhecimento que com eles se relacionam, especialmente a área da Administração Pública. A contribuição, portanto, reside em apresentar uma reflexão sobre o desempenho da capacidade financeira governamental de municípios na perspectiva da receita operacional desses entes, com foco no indicador da autonomia financeira, incluindo-se na análise um período no qual se previu contração da economia decorrente de fatores externos – a pandemia da Covid-19. O trabalho divide-se em cinco seções iniciando com esta introdução, seguida do referencial teórico abordando os conceitos principais utilizados no estudo. Após apresentam-se os procedimentos metodológicos, os resultados e suas considerações finais e sugestões.

### **Condição financeira e receitas governamentais: algumas reflexões**

Considera-se fundamental iniciar essa seção do artigo discutindo-se o conceito de condição financeira de um ente público, conceito este básico e elementar para dar sustentação ao objeto de investigação. Para Miller (2001), o mesmo reflete um cenário em que o ente reúne as condições

fundamentais para arcar com suas obrigações presentes e futuras, considerando-se ainda emergências financeiras de curto e longo prazo. Consiste em um dos elementos básicos quando se precisa conhecer a efetiva capacidade desses entes para proverem serviços e bens públicos que atendam de forma satisfatória às demandas e o bem-estar da população.

A condição financeira pode ser conceituada como “a capacidade de um governo local equilibrar as necessidades de despesas recorrentes com suas recorrentes fontes de receita, enquanto fornece serviços de forma contínua” (Hevesi, 2003, p. 2). Implícita em tal conceito há a ideia de que uma boa condição financeira permite ao governo a manutenção dos níveis demandados de serviços durante crises econômicas; identificar-se e ajustar-se às mudanças econômicas ou demográficas de longo prazo, além de criar alternativas para buscar recursos que atendam às demandas emergenciais de curto e longo prazo (Acir, 1973; Hevesi, 2003).

A partir destas considerações, depreende-se que o cálculo da condição financeira governamental é permeado por um viés de instrumentalidade que torna fundamental para sua operacionalização a definição de um leque de indicadores, independentemente do modelo adotado. Importante destacar também que a condição financeira de um ente pode ser analisada por diversos prismas, dentre os quais se destaca o da receita, porquanto essa representa o conjunto de fontes que determina a capacidade do governo para fornecer bens e serviços à comunidade.

Oportuno também pontuar que embora em sentido amplo se denomine como receita pública qualquer ingresso de recursos financeiros nos cofres do ente público, em sentido restrito isso não é assim. Na literatura sobre finanças públicas têm-se que os recursos se distinguem em orçamentários e extraorçamentários, sendo que somente devem ser considerados como receitas públicas os ingressos orçamentários. Justifica-se por decorrerem de recursos financeiros que ingressam durante o exercício e que aumentam o saldo financeiro da instituição, pois esses são os que pertencem efetivamente ao ente, sendo definitivos e incondicionais, além de transitarem pelo patrimônio do Poder Público e, via de regra, por força do princípio orçamentário da universalidade, estão previstas na Lei Orçamentária Anual (LOA). Quanto ao fato de os ingressos extraorçamentários não serem considerados como receitas públicas em sentido estrito, isso se dá especificamente pelos seguintes motivos: a) esses possuem caráter temporário, sendo o Estado mero agente depositário; b) como se tratam de ativos e passivos exigíveis, o Estado corre o risco de precisar devolvê-los aos seus depositantes (ex: caução, fiança, depósitos para garantia etc.), portanto, em geral, não têm reflexos no Patrimônio Líquido da Entidade (Secretaria do Tesouro Nacional, 2019).

Tendo por foco o objetivo do artigo, interessam-nos reflexões sobre questões relativas à base composta pelas receitas orçamentárias que, na literatura sobre análise da condição financeira, são chamadas de operacionais. As receitas operacionais do governo possuem duas fontes principais: as receitas próprias, compostas pelos tributos de sua competência, e, no caso dos municípios, as transferências intergovernamentais, decorrentes dos impostos indiretamente arrecadados, por questão de eficiência arrecadatória, pelas esferas superiores e posteriormente em relação ao local de origem da arrecadação, ou seja, aos municípios. Essas transferências são vistas como essenciais em países federativos, a exemplo do Brasil, por apresentarem um perfil de arrecadação de receitas muito centralizado, associado a gastos descentralizados.

No que tange às receitas próprias, os tributos dos Municípios são os seguintes: Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, Imposto sobre Doações - ITBI, Imposto Sobre Serviços - ISS fora da competência do ICMS, além das taxas e contribuições de melhoria. No que diz respeito às transferências intergovernamentais, os Municípios são contemplados por transferências tanto federais como estaduais. Tais transferências são categorizadas como: a) *constitucionais* - aquelas que não exigem nenhum condicionante, sendo compostas pelo Fundo de Participação dos Municípios (FPM – 22,5% do IR e do IPI), 50% do ITR, 70% do IOF – ouro – e o IRRF dos servidores municipais, todas recebidas do plano federal; e mais 25% do ICMS e 50% do IPVA recebidas do plano estadual; b) *legais* – quando determinadas mediante lei específica, podendo ser condicionais ou não, a depender da legislação que a instituiu (p. ex. as transferências decorrentes o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE; c) *do Sistema Único de Saúde (SUS)*; d) *direta ao cidadão* – são as decorrentes de programas que concedem benefício monetário mensal, sob a forma de transferência de renda diretamente à população-alvo do programa (p. ex.: Programa Bolsa Família); e) *voluntárias* - são os repasses de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorram de determinação constitucional, legal ou aos destinados ao Sistema Único de Saúde. A operacionalização dessas transferências é, em regra, viabilizada por meio de convênios ou contrato de repasses (Matias-Pereira, 2017).

Especificamente no caso brasileiro, como afirma Abrúcio (2006), com a Constituição Federal de 1988 (Constituição da República Federativa do Brasil, 1988) ampliou-se a responsabilidade do Estado no tocante à universalização de diversos direitos sociais, notadamente em relação aos serviços de saúde e educação gratuitos. Sob tal cenário, ocorre a descentralização de recursos federais para os municípios, fazendo com que estes entes assumam mais responsabilidades, sem, contudo, haver medidas que propiciem o aumento proporcional das suas receitas próprias.

Analisando tal contexto, Diniz (2012) afirma que as transferências intergovernamentais se constituem na principal fonte para que os municípios alcancem seu equilíbrio fiscal, assegurando a obtenção de volume de receitas suficiente para que suprir adequadamente suas despesas na oferta de serviços e produtos aos munícipes. Entretanto, como apontado por Freire e Garzón (2014), tanto no Brasil, como em países com realidade econômico-social similar, há sensíveis diferenças deste grau de dependência entre municípios em função do seu porte; assim, afirmam que nos municípios menores o grau de dependência em relação às transferências intergovernamentais é muito maior do que nos entes municipais de maior porte, os quais possuem maior capacidade de gerar receitas próprias.

Em consonância com Sousa, Leite Filho e Pinhanetz (2019), Freire e Garzón (2014) e Diniz (2012), espera-se que independentemente do seu porte os entes municipais dependem dos repasses da União e do Estado da federação ao qual pertencem para garantir, além da oferta dos serviços e bens necessários à comunidade, o essencial equilíbrio das suas contas públicas. Evidencia-se assim, que a análise do processo de obtenção de receitas municipais é uma das dimensões da capacidade de enfrentamento dos municípios às diferentes externalidades, dentre elas as pressões por gastos com saúde como atualmente vivenciado, ao redor do país com a epidemia do Covid-19.

A receita constitui-se no principal ativo do governo representando recursos externos que garantem o cumprimento de suas obrigações, contribuindo para a melhoria da sua condição financeira (Jacob & Hendrick, 2013; Lima & Diniz, 2016). Assim, a Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, no artigo 11, prevê que a criação, previsão e arrecadação de todos os tributos de competência do ente governamental são requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal. Tem o gestor a obrigação de explorar de maneira correta a base econômica local, com vistas a manter sua situação financeira saudável, possibilitando assim, a oferta adequada de bens e serviços à comunidade (Lei Complementar n. 101, 2000).

Para Lima e Diniz (2016) e Jacob e Hendrick (2013), há cinco componentes da receita relacionados à condição financeira do governo: base econômica (riqueza da comunidade); base da receita (métodos utilizados pelo ente para explorar sua base econômica); receita arrecadada (quanto de receita efetivamente foi arrecadado pelo ente); capacidade fiscal (o poder de produzir receita); e reserva de receita (diferença entre receita arrecadada e capacidade fiscal). Destacam ainda a presença de relações entre estes, como a seguir explicitado: *a) Base econômica com base da receita*: quanto maior a efetividade no uso da riqueza da comunidade pelo ente, melhor a sua saúde financeira, ou seja, quanto mais próximo de 1 melhor; *b) Base econômica com capacidade fiscal*: demonstra a extensão em que o governo é capaz de gerar receita, ou seja, quanto mais perto de 1, melhor; *c) Base da receita com capacidade fiscal*: capacidade do ente explorar ao máximo sua base da receita, ou seja, obter receitas anuais próximas da sua capacidade fiscal, ou seja, quanto mais próximo de 1 melhor; e *d) Receita arrecadada com capacidade fiscal*: demonstra o potencial de receita não explorado, ou seja, quanto menor do que um, pior.

Destas relações, buscando trazer maior instrumentalidade ao processo de análise das receitas operacionais do ente governamental, emergem diferentes indicadores concebido a partir de algumas categorias analíticas, a saber: crescimento, flexibilidade, elasticidade, dependência, diversidade e administração da receita operacional arrecadada (Lima & Diniz, 2016; Jacob & Hendrick, 2013). Contudo, conforme já sinalizado na introdução, essa investigação centra-se na ótica da receita, especificamente no indicador do grau de desempenho de autonomia financeira, por entender sua relação e influência nas demais perspectivas, quais sejam, de gastos e de endividamento.

O escopo do indicador autonomia financeira consiste em evidenciar a participação de todos os recursos próprios do Município, arrecadados de forma direta ou indireta, em relação à receita operacional. Sinteticamente, o que esse indicador demonstra é o grau de independência financeira do município a recursos de transferências intergovernamentais oriundas da União e Estados.

De acordo com Lima e Diniz (2016, p. 262), esse grau de autonomia financeira do ente é consequência de três fontes de receita própria, a saber: a) receitas decorrentes de tributos diretamente arrecadados (Impostos sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, Imposto sobre a Renda Retido na Fonte - IRRF, Imposto de Transmissão de Bens Imóveis – ITIB, Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, Taxas e Contribuições de Melhorias); b) receitas não tributárias diretamente arrecadadas (de contribuição, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras receitas correntes) e; c) receitas de impostos arrecadados indiretamente por esferas

superiores e redistribuídos conforme local de origem da arrecadação (Cota-parte do: Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR, Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI). O somatório de tais fontes representa, portanto, a capacidade de geração de receita do ente.

Considera-se importante apresentar a definição de receitas operacionais, usando-se para tal a visão de Lima e Diniz (2016, p. 259) de que: “[...] são as receitas orçamentárias correntes derivadas e originárias. As derivadas compreendem os impostos, as taxas, as contribuições e as transferências recebidas; e as originárias compreendem receita patrimonial, agropecuária, industrial e de serviços”. Ou seja, no cômputo da receita operacional estão incluídas, além das receitas correntes, as transferências correntes – obrigatórias e voluntárias.

A condição financeira do município, sob a perspectiva da sua receita operacional, pode ser encontrada de forma comparativa tomando por base o cálculo do conjunto de municípios similares que compõem a amostra, o chamado grupo de referência. Destaca-se que, conforme Lima e Diniz (2016) e Brown (1993), para tal classificação é fundamental levar-se em conta a similaridade de características econômicas, sociais e demográficas dos entes pesquisados, considerando-se ainda a faixa de habitantes de cada um deles. Tal procedimento viabiliza o cálculo de um quociente de localização de cada município em relação ao valor médio do mesmo indicador no seu grupo de referência.

Alguns estudos exploratórios revelaram que o Brasil ainda possui poucos trabalhos que utilizam modelos de avaliação da condição financeira governamental, sendo que, dentre os existentes predomina a utilização do modelo de Brown (1993), seja como método, seja como referencial. Sousa, Leite Filho, e Pinhanez (2019) investigaram a influência dos fatores socioeconômicos na condição financeira. Utilizando dados do PIB, proporção da população residente na zona rural, proporção da população pobre e taxa de analfabetismo, relacionados por meio de regressão múltipla com os indicadores de Brown (1993), influenciando negativamente o índice de condição financeira, exceção do PIB que não foi significativo.

Araújo, Leite e Leite filho (2019) buscaram identificar a influência da condição financeira nas subvenções governamentais (incentivos fiscais ou empréstimos a terceiros privados para promover investimentos em suas regiões) dos estados brasileiros em crise econômica, no período 2010-2016, valendo-se dos indicadores do modelo de Wang, Dennis e Tu (2007), através de regressão linear múltipla. Concluindo que há relações com concessões de subvenções por parte dos estados, reforçando o conceito de condição financeira como capacidade de o governo atender às necessidades da sociedade até em contexto de crises por não haver mudanças significativas nas concessões de subvenções nos períodos analisados.

Estudo também robusto utilizando o último modelo como base foi feito por Nobre, Diniz e Araújo (2019) em municípios da Paraíba com população inferior a 100.000 habitantes. Os autores inseriram os valores obtidos por meio do modelo de Brown (1993) em um modelo estatístico, juntamente com as variáveis transparência pública e multa, por meio de Tobit em painel, concluindo que quanto melhor a condição financeira, melhores serão os índices de transparência municipais.

Vesco, Hein e Scarpin (2014) identificaram a diferença dos indicadores de desempenho econômico e financeiro de Brown (1993), em municípios na região Sul com até 100 mil habitantes. Para tal, discutiram o porte dos entes e indicadores de desempenho financeiro de receita, despesa, estrutura operacional e estrutura da dívida. Os resultados confirmaram as concepções do modelo, indicando que nas análises de condição financeira governamental são essenciais comparações entre entes de porte semelhante, pois diferenças nesta característica, refletiram-se nas análises dos indicadores. Espera-se, assim, que o trabalho ora apresentado contribua para incrementar e sistematizar o conhecimento a respeito da pertinência do uso de modelos disponíveis na literatura para análise da condição financeira de governos no Brasil.

## **METODOLOGIA**

A pesquisa é descritiva, realizada por meio de estudo documental, com abordagem qualitativa. Em consonância com aquilo que prescreve Gil (2009), busca descrever as características de uma população específica em relação ao fenômeno da condição financeira municipal, que se mostra carente de estudos no país. Desenvolveu-se o estudo segundo o preconizado por Jacob e Hendrick (2013) e Lima e Diniz (2016), tendo-se por universo os 41 municípios, com população entre 20.000 e 50.000 habitantes, de Santa Catarina. Contudo, optou-se por excluir os dados do município de Orleans não estavam completos, chegando-se a uma amostra de 40 municípios analisados. Com tal procedimento, visou-se atender ao pressuposto do modelo usado no tocante à necessidade de similaridade econômica, social e demográfica dos entes estudados para fins comparativos. Os municípios foram identificados a partir de consultas ao portal do Instituto Brasileira de Geografia e Estatística (Ibge, 2020).

Os dados foram coletados a partir de fontes documentais acessadas no Tesouro Nacional (Secretaria do Tesouro Nacional, 2021), de forma particular os Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (RREO) do 3º bimestre do período 2017-2020 disponíveis no Sistema de Informações Contábeis e Financeiro do Setor Público Brasileiro (SICONFI) e analisados pela técnica da análise descritiva. Trata-se, portanto, de um estudo longitudinal.

Finda a seleção dos municípios componentes do trabalho, passou-se ao cálculo do indicador de autonomia financeira. Antes de se avançar para o próximo passo, entende-se ser fundamental apresentar a fórmula do mesmo e sua forma de análise, bem como detalhar as variáveis que o compõem na Figura 1.

$$\text{Autonomia Financeira} = \frac{\text{Tributos diretos e indiretos (+) Receitas não tributárias}}{\text{Receita operacional}}$$

Em termos analíticos o indicador tem o cálculo do seu nível em decorrência de três fontes: tributos diretos e indiretos e receitas não tributárias diversas (patrimonial, industrial, outras receitas correntes etc). Segundo os autores utilizados, quanto maior seu resultado, menor a dependência do ente a recursos de níveis superiores. A seguir o detalhamento de cada uma das variáveis.

### Figura 1

Variáveis da autonomia financeira

Variável	Descrição
Tributos diretos	IPTU, ITBI, ISS fora da competência do ICMS, além das taxas e contribuições de melhoria
Tributos indiretos	Cota-parte do IPI, Cota-Parte do ICMS; Cota-Parte do IPVA e Cota-Parte do ITR
Receitas não tributárias	Receita de contribuições, Receita patrimonial, Receita agropecuária, Receita Industrial e Receita de serviços e outras receitas correntes.
Receita operacional	Receitas orçamentárias correntes derivadas e originárias

Fonte: Elaboração própria, 2021, a partir de Lima e Diniz (2016).

O indicador foi calculado para os 40 municípios, nos 4 períodos analisados (2017, 2018, 2019, 2020), sendo na sequência calculada a variação do período. Feito isso, chegou-se ao resultado de desempenho anual dos 40 municípios, no tocante à sua autonomia financeira, sendo usada para tal classificação, a escala de Lima e Diniz (2016), descrita na Figura 2.

### Figura 2

Escala desempenho versus autonomia financeira

Desempenho	Autonomia Financeira
Fraco	Até 0,30
Razoável	Entre 0,30 e 0,40
Bom	Entre 0,40 e 0,50
Muito bom	Entre 0,50 e 0,60
Excelente	Acima de 0,60

Fonte: Lima e Diniz (2016, p. 273).

Os resultados da pesquisa são apresentados sob a forma de uma tabela gerada a partir de planilhas produzidas utilizando o software Excel, visando-se assim facilitar a compreensão do leitor em relação aos achados. A discussão dos resultados ancorou-se na confrontação dos mesmos em relação às concepções teóricas do referencial teórico, bem como na vivência dos autores em relação ao tema ora explorado.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

As análises e discussões recaíram sobre o conjunto de municípios de Santa Catarina na faixa populacional de 20.001 a 50.000 habitantes, compreendendo um total de 40 municípios. Oportuno aqui é justificar a escolha desta faixa populacional, sendo duas as razões principais, fundamentadas no aporte teórico utilizado: primeiro pelo fato de Lima e Diniz (2016) terem utilizado esse recorte; segundo pelo modelo de Brown (1993) ser indicado para municípios de porte menor. Os primeiros resultados dizem respeito a uma análise geral da autonomia financeira sobre o objeto empírico investigado. Na sequência, discorre-se a respeito do desempenho dos municípios em relação à autonomia financeira, finalizando com algumas discussões.

Os dados necessários ao cálculo da autonomia financeira foram obtidos no Anexo 3 do

RREO disponíveis no SICONFI. Foram utilizados os seguintes dados: Receita Tributária Arrecadada Diretamente (Impostos, Taxas e Contribuições de Melhorias), Receitas não Tributárias (de Contribuições, Patrimonial, Agropecuária, Industrial, de Serviços e Outras Receitas Correntes), Impostos arrecadados indiretamente (Cota-Parte do: ICMS, IPVA, ITR e IPI Exportação) e as Transferências. Aplicados os dados na fórmula da autonomia financeira foram obtidos os resultados apresentados por meio da Tabela 1.

**Tabela 1**

Autonomia financeira dos municípios no período 2017-2020

<b>Município</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>Varição (2019-20)</b>
Araquari	0,62	0,65	0,68	0,75	0,07
Balneário Piçarras	0,54	0,56	0,60	0,62	0,02
Barra Velha	0,52	0,54	0,53	0,53	0
Bombinhas	0,69	0,69	0,69	0,66	-0,03
Braço do Norte	0,47	0,48	0,61	0,47	-0,14
Campos Novos	0,63	0,63	0,64	0,61	-0,03
Capinzal	0,57	0,58	0,58	0,58	0
Capivari de Baixo	0,51	0,53	0,53	0,46	-0,07
Curitibanos	0,54	0,52	0,54	0,46	-0,08
Forquilha	0,51	0,51	0,51	0,48	-0,03
Fraiburgo	0,46	0,47	0,47	0,46	-0,01
Garopaba	0,52	0,56	0,58	0,55	-0,03
Guabiruba	0,42	0,45	0,44	0,43	-0,01
Guaramirim	0,61	0,62	0,54	0,51	-0,03
Herval d'Oeste	0,49	0,49	0,51	0,53	0,02
Imbituba	0,63	0,63	0,64	0,62	-0,02
Itaiópolis	0,62	0,49	0,51	0,47	-0,04
Itapoá	0,61	0,60	0,66	0,61	-0,05
Ituporanga	0,50	0,48	0,50	0,47	-0,03
Jaguaruna	0,47	0,49	0,48	0,43	-0,05
Joaçaba	0,79	0,70	0,71	0,70	-0,01
Laguna	0,52	0,51	0,46	0,43	-0,03
Maravilha	0,53	0,54	0,54	0,51	-0,03
Orleans	0,55	0,55	0,55	0,25	-0,3
Penha	0,52	0,55	0,53	0,62	0,09
Pinhalzinho	0,53	0,54	0,55	0,52	-0,03
Pomerode	0,64	0,62	0,64	0,63	-0,01
Porto Belo	0,57	0,58	0,57	0,56	-0,01
Porto União	0,57	0,52	0,52	0,53	0,01
Rio Negrinho	0,52	0,51	0,50	0,49	-0,01
Santo Amaro da Imperatriz	0,49	0,50	0,49	0,44	-0,05
São João Batista	0,46	0,47	0,48	0,44	-0,04
São Joaquim	0,44	0,47	0,45	0,42	-0,03

São Lourenço do Oeste	0,48	0,47	0,49	0,46	-0,03
São Miguel do Oeste	0,49	0,52	0,54	0,51	-0,03
Schroeder	0,47	0,46	0,45	0,48	0,03
Sombrio	0,61	0,40	0,40	0,39	-0,01
Tijucas	0,61	0,59	0,59	0,58	-0,01
Timbó	0,69	0,65	0,65	0,61	-0,04
Urussanga	0,52	0,52	0,52	0,48	-0,04
Xaxim	0,45	0,47	0,47	0,43	-0,04

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Além dos dados anuais por município, e considerando o objetivo do estudo, foi feito o cálculo da variação 2019-2020. A partir dos dados da Tabela 1 é possível perceber, pelo menos, três grupos de municípios: o *Grupo 1* com municípios que mantiveram ou aumentaram a autonomia financeira de 2017 a 2019, apresentando uma queda na passagem de 2019 para 2020; o *Grupo 2* com municípios que mantiveram ou aumentaram a autonomia financeira em todo o período analisado, ou seja, de 2017 a 2020; e o *Grupo 3* com municípios que apresentaram sucessivas quedas na autonomia financeira de 2017 a 2020. A identificação dos municípios e o quantitativo de cada grupo é apresentado na Tabela 2.

**Tabela 2**

Grupos de municípios

Grupos	Municípios	Frequência
Grupo 1	Bombinhas, Braço do Norte, Campos Novos, Capivari de Baixo, Curitibaanos, Forquilha, Fraiburgo, Garopaba, Guabiruba, Imbituba, Itapoá, Ituporanga, Jaguaruna, Joaçaba, Maravilha, Pinhalzinho, Pomerode, Porto Belo, Santo Amaro da Imperatriz, São João Batista, São Joaquim, São Lourenço do Oeste, São Miguel do Oeste, Urussanga, Xaxim.	25 (62,50%)
Grupo 2	Araquari, Balneário Piçarras, Barra Velha, Capinzal, Herval d'Oeste, Penha, Porto União, Schroeder.	8 (20,00%)
Grupo 3	Guaramirim, Itaiópolis, Laguna, Rio Negrinho, Sombrio, Tijucas, Timbó.	7 (17,50%)
Total		40 (100,00%)

Fonte: Dados na pesquisa (2021).

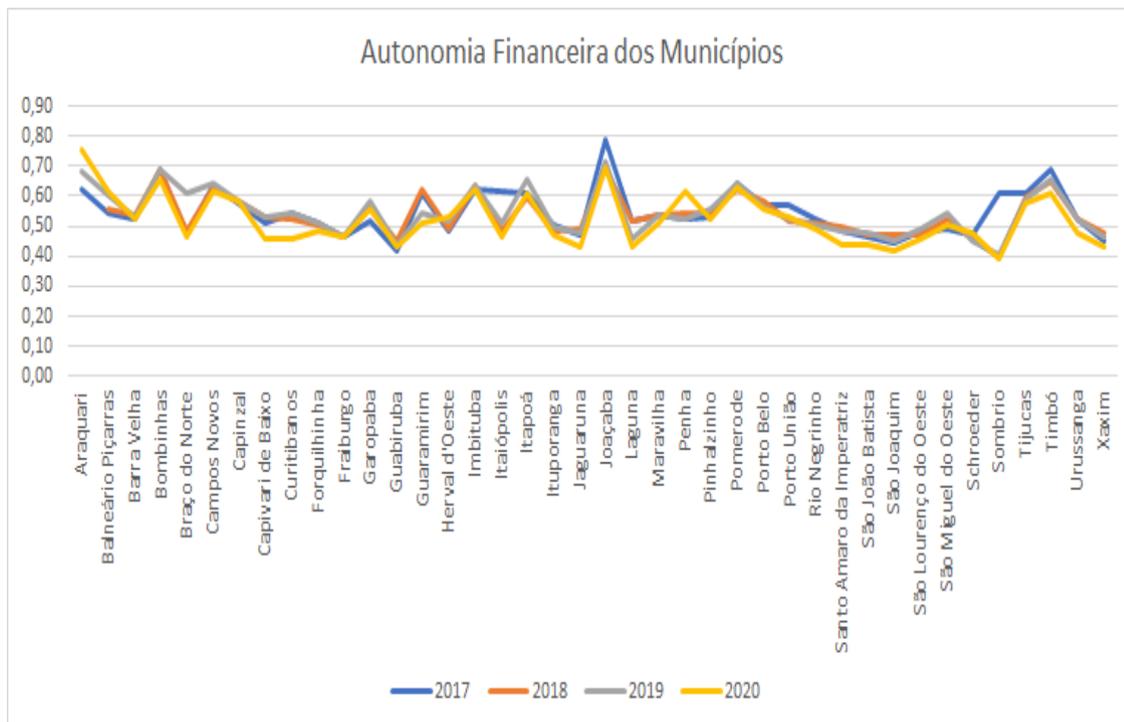
Tomando por base os dados das Tabelas 1 e 2 chama a atenção o quantitativo de municípios no grupo 1, 25 (62,50%). Este dado revela que a maioria dos municípios da faixa populacional considerada no estudo mantiveram ou aumentaram a autonomia financeira de 2017 a 2019, mas apresentaram perdas no indicador na passagem de 2019 para 2020, o que pode revelar possíveis impactos da pandemia da Covid-19 na autonomia financeira desses municípios.

Os outros dois grupos ao tempo que apresentam diferenças, apresentam também semelhanças entre si. As diferenças residem no fato de que em um dos grupos os municípios mantiveram ou aumentaram a autonomia financeira em todo o período analisado e no outro os municípios apresentaram sucessivas quedas no indicador. Já a semelhança entre os grupos diz

respeito à possível manutenção de suas “rotas” em todo o período, não sendo, em tese, impactados pela pandemia da Covid-19. Portanto, a redução no indicador, de 2019 para 2020, não faz parte apenas dos municípios do grupo 1, mas também no grupo 3, conforme pode ser observado na Tabela 1 (variação 2019-2020). Os dados também são apresentados por meio da Figura 3.

**Figura 3**

Autonomia financeira dos municípios no período 2017-2020



Fonte: Dados na pesquisa (2021).

Os dados do Gráfico 1 também revelam um possível impacto da pandemia da Covid-19 nos resultados com a autonomia financeira, passagem de 2019 para 2020, aqui não mais em grupos, mas em uma visão geral. É possível perceber um certo alinhamento entre os comportamentos dos municípios em 2017, 2018 e 2019, que se modificam quando analisamos o exercício de 2020.

Feita uma análise mais geral dos dados discorre-se agora sobre o desempenho dos municípios em relação à autonomia financeira tendo por base a escala proposta por Lima e Diniz (2016). Os dados são apresentados na Tabela 3.

**Tabela 3**

Desempenho em relação à autonomia financeira em municípios de SC

Desempenho	Autonomia Financeira (Frequência)			
	2017	2018	2019	2020
Fraco	0 (0,00%)	0 (0,00%)	0 (0,00%)	0 (0,00%)
Razoável	0 (0,00%)	1 (2,50%)	0 (0,00%)	1 (2,50%)
Bom	12 (30,00%)	13 (32,50%)	12 (30,00%)	18 (45,00%)
Muito bom	16 (40,00%)	18 (45,00%)	18 (45,00%)	11 (27,50%)

Excelente	12 (30,00%)	8 (20,00%)	10 (25,00%)	10 (25,00%)
Total	40 (100,00%)	40 (100,00%)	40 (100,00%)	40 (100,00%)

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Inicialmente é possível pontuar a concentração de municípios nas faixas Bom, Muito Bom e Excelente, inexistência na faixa Fraco e apenas um (01) município na faixa Regular, fato que caracteriza uma situação confortável destes municípios. Sendo ainda mais específico, nos três primeiros anos se sobressaem municípios com desempenho Muito Bom, enquanto em 2020 o maior número de municípios está na faixa Bom.

Os dados acima revelam um aumento significativo (50%) na condição de Bom desempenho no ano 2020 quando comparado a 2019, pois aumentou de 12 para 18, ou seja, seis entes a mais assumiram esse status em 2020. Contudo, como concomitantemente se verifica um decréscimo na condição de desempenho muito bom, pois de 18 para 11 - oito entes, portanto - no mencionado período, a análise que se pode fazer é que houve uma migração de condição para um status inferior, especificamente de muito bom para bom. Considerou-se importante nesse ponto efetuar uma checagem na Tabela 1 para identificar os municípios que migraram de condição em 2020: Braço do Norte, Capivari de Baixo, Curitibaanos, Forquilha, Itaiópolis, Ituporanga, Rio Negrinho e Urussanga. Estes foram os que migraram de muito bom para bom. Já o município de Penha migrou de Bom para Muito Bom, único a melhorar a condição de 2019-2020.

Esses achados convergem com o exposto por Miller (2001), sobre a importância desse tipo de análise para que se compreenda as condições dos entes para arcar com suas obrigações presentes e futuras, considerando-se ainda emergências financeiras de curto e longo prazo. Como se vê na tabela 1, apenas um ano de emergência causada pela pandemia da Covid-19 já foi suficiente para alterar - para menor - o grau de desempenho dos municípios acima citados.

Acresça-se a essa discussão o alerta de Santos (2003, p.19) para quem os municípios brasileiros não apresentam o mesmo nível de autonomia financeira quando esta é comparada à autonomia política, administrativa e econômica. Como nos adverte esse autor, é visível que os municípios com “maior população conseguem explorar uma melhor base econômica que lhes proporciona maior arrecadação própria, além de maiores transferências da quota-parte do ICMS” (Santos, 2003, p. 19), por outro lado, os pequenos, como ocorre com os municípios do Estado de Santa Catarina aqui investigados, ficam “muito dependentes de receitas de transferências constitucionais, sobretudo do FPM, mas também de outras transferências” (Santos, 2003, p. 19), situação que fica mais evidente em razão da pandemia da Covid-19, e que pode ser ainda mais agravada caso a pandemia perdure por médio ou longo prazo.

Acredita-se que exista “uma maior fragilidade dos municípios de pequeno porte em caso de qualquer alteração que reduza sua base tributária, principalmente daqueles que independem do seu esforço arrecadatório” (Pacheco et al., 2018, p. 203). Para os autores, “as receitas tributárias crescem à medida que aumenta a faixa populacional dos municípios e cai o nível de dependência em relação às transferências intergovernamentais” (Pacheco et al., 2018, p. 203).

## CONCLUSÕES, CONTRIBUIÇÕES E SUGESTÕES DE ESTUDOS FUTUROS

O objetivo do artigo consistiu em analisar o impacto da pandemia da Covid-19 na autonomia financeira de municípios de Santa Catarina, na faixa populacional de 20.001 a 50.000. Foram identificados três grupos de municípios, se sobressaindo, em quantidade, o grupo com municípios que mantiveram ou aumentaram a autonomia financeira de 2017 a 2019, demonstrando uma queda na passagem de 2019 para 2020. Esses dados foram reforçados pelas análises gráficas e de desempenho em relação à autonomia financeira em municípios. Infere-se, portanto, que os resultados obtidos no presente estudo revelam possíveis impactos da pandemia da Covid-19 na autonomia financeira desses municípios.

Depreende-se dos resultados obtidos que o estudo traz contribuições do ponto de vista teórico e prático. Em termos teóricos se debruça sobre um tema ainda carente de discussão, visto os escassos trabalhos até então desenvolvidos sobre condição financeira governamental dos municípios quando conjunturas não previstas eclodem no país e atingem o seu particular contexto. Em termos práticos, a investigação traz análises que poderão ser consideradas pelos gestores dos municípios investigados, bem como sinaliza os muitos “afluentes” que poderão replicar a estrutura das análises, sejam outros municípios brasileiros, sejam os estados, obviamente observadas as especificidades de cada ente considerado.

Estudos desta natureza abrem um leque de estudos futuros que poderão continuar contribuindo com a área de conhecimento. O primeiro deles, inerente à própria limitação do presente estudo, consiste em aprofundar as análises aqui empreendidas por meio de técnicas quantitativas e que poderão trazer outras inferências sobre o impacto da pandemia da Covid-19 na autonomia financeira de municípios brasileiros. Uma segunda sugestão é empreender um estudo que possa avaliar o impacto do montante aportado em termos de auxílio emergencial nos resultados da autonomia financeira de municípios brasileiros.

## REFERÊNCIAS

Abrúcio, F. L. (2006). Para além da descentralização: os desafios da coordenação federativa no Brasil. In: Fleury, S. (Org.). *Democracia, descentralização e desenvolvimento: Brasil e Espanha*. Rio de Janeiro: FGV, 77-125.

Advisory Commission on Intergovernmental Relation (ACIR). (1973). *City financial emergencies: the intergovernmental dimension*. Washington, July.

Araújo, R. A. M., Leite, K. K. M. & Leite Filho, P. A. M. (2019). Influência da condição financeira nas subvenções governamentais dos estados brasileiros em cenário de crise econômica. *Enfoque Reflexão Contábil*, 38(3), 1-18.

Brown, K. W. (1993). The 10-point test of financial condition: toward an easy-to-use assessment tool for smaller cities. *Government Finance Review*, 9, 21-21.

*Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. (1988). Brasília, DF. Recuperado

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)

- Diniz, J. A. (2012). *Eficiência das transferências intergovernamentais para a educação fundamental de municípios brasileiros*. Tese (Doutorado), Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Ellery, R. (2021). *Crescimento no Brasil e no Mundo em 2020 de acordo com os números do FMI*.
- Freire, M. & Garzón, H. (2014). Managing Local Revenues. In: Farvacque-Vitkovic, C. & Kopanyi, M. (Org.). *Municipal finances a handbook for local governments*. World Bank, Washington, 147-214.
- Gil, A. C. (2009). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas.
- Hevesi, A. G. (2003). *Local government management guide: financial condition analysis*. New York: Office of the State Comptroller. Division of Local Government Services and Economic Development.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2020). *Estimativas da população*.
- Jacob, B. & Hendrick, R. (2013). Measuring and predicting local government fiscal stress: theory and practice. In: Levine, H., Justice, J. B. & Scorsone, E. A. (Org.). *Handbook of local government fiscal health*. Burlington, 11-41.
- Lei Complementar n. 101, de 04 de maio de 2000*. (2000). Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, DF. Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm)
- Levy, P. M. (2019). Economia mundial. *Carta de Conjuntura*, 45.
- Lima, S. C. de & Diniz, J. A. (2016). *Contabilidade pública: análise financeira governamental*. São Paulo: Atlas.
- Matias-Pereira, J. (2017). *Finanças públicas*. São Paulo: Atlas.
- Miller, G. (2001). Fiscal health in New Jersey's largest cities. *Cornwall Center Publications Series*.
- Nobre, C. J. F., Diniz, J. A. & Araújo, R. J. R. de. (2019). A condição financeira governamental e sua influência na transparência da gestão pública municipal. *Anais... USP International Conference in Accounting*. 19. São Paulo.
- Pacheco, M. J. J., Abrantes, L. A., Zuccolotto, R. & Luquini, R. A. (2018). Emendas Constitucionais e Descentralização Fiscal: Evolução e Interferências na Autonomia Financeira dos Municípios. *Desenvolvimento em Questão*, 16(42), 180-208.
- Receita Federal (2021). *Análise da Arrecadação das Receitas Federais – Dezembro De 2020*.

Recuperado de [https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/relatorios/arrecadacao/2020/analise-mensal-dez-2020\\_v2.pdf](https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/relatorios/arrecadacao/2020/analise-mensal-dez-2020_v2.pdf)

Santos, A. M. S. P. (2003). Reforma do Estado, descentralização e autonomia financeira dos municípios. *Revista de Administração Mackenzie*, 4(2), 1-23.

Secretaria do Tesouro Nacional (2019). *Manual de contabilidade aplicada ao setor público (MCASP) 2019*. Brasília: STN. Recuperado de [https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9\\_ID\\_PUBLICACAO:31484](https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO:31484)

Secretaria do Tesouro Nacional (2021). *Sistema de Informações Contábeis e Financeiro do Setor Público Brasileiro (SICONFI)*. 2021b. Recuperado de <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf>

Sousa, K. M., Leite Filho, P. A. M. & Pinhanez, M. M. S. F. (2019). Condição financeira e os fatores socioeconômicos dos municípios brasileiros. *Pensar Contábil*, 21(75), 16-27.

Vesco, D. G. D., Hein, N. & Scarpin, J. E. (2014). Análise dos indicadores de desempenho em municípios na região Sul do Brasil com até 100 mil habitantes. *Enfoque Reflexão Contábil*, 33(2), 19-34.

Wang, X., Dennis, L. & Tu, Y. S. J. (2007). *Measuring financial condition: a study of U.S. States*.